

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	123
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	125
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	126
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	127
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.215
Preferenciais	2.498
Total	5.713
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	671.587	681.542
1.01	Ativo Circulante	2.069	33.227
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8	20.727
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	10.611
1.01.06	Tributos a Recuperar	111	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	206	158
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.744	1.731
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	12	12
1.01.08.03	Outros	1.732	1.719
1.01.08.03.04	Adiantamentos a Fornecedores	1.704	1.711
1.01.08.03.05	Outros Créditos	28	8
1.02	Ativo Não Circulante	669.518	648.315
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	511.775	490.553
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	226.992	205.071
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	284.783	285.482
1.02.01.09.04	Adiantamentos a Fornecedores	122	122
1.02.01.09.06	Impostos e Contribuições a Recuperar	6.361	6.391
1.02.01.09.07	Depósitos Vinculados	14.456	14.456
1.02.01.09.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	263.844	264.513
1.02.02	Investimentos	97.634	97.669
1.02.02.01	Participações Societárias	92.336	92.371
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	5.298	5.298
1.02.03	Imobilizado	54.395	54.374
1.02.04	Intangível	5.714	5.719

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	671.587	681.542
2.01	Passivo Circulante	24.003	20.885
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.827	1.842
2.01.02	Fornecedores	1.651	1.798
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.885	7.264
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	8.649	5.999
2.01.05	Outras Obrigações	3.991	3.982
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4	4
2.01.05.02	Outros	3.987	3.978
2.01.05.02.04	Contas a Pagar	1.457	1.449
2.01.05.02.05	Outros	2.530	2.529
2.02	Passivo Não Circulante	387.958	385.257
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	113.745	114.292
2.02.02	Outras Obrigações	35.288	42.090
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	35.288	33.169
2.02.02.02	Outros	0	8.921
2.02.02.02.03	Fornecedores	0	8.921
2.02.04	Provisões	238.925	228.875
2.02.04.02	Outras Provisões	238.925	228.875
2.02.04.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto	238.925	228.875
2.03	Patrimônio Líquido	259.626	275.400
2.03.01	Capital Social Realizado	541.888	541.888
2.03.02	Reservas de Capital	347.477	347.477
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-629.739	-613.965

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-14.009	-18.305
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.924	-4.519
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-808	-2.761
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.277	-11.025
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-14.009	-18.305
3.06	Resultado Financeiro	-1.765	-5.604
3.06.01	Receitas Financeiras	3.745	2.727
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.510	-8.331
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-15.774	-23.909
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.774	-23.909
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-15.774	-23.909
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-1,55000	-8,34000
3.99.01.02	PNR	-0,22000	-2,41000
3.99.01.03	PNA	-0,04000	0,00000
3.99.01.04	PNB	-0,95000	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-1,55000	-8,34000
3.99.02.02	PNR	-0,22000	-2,41000
3.99.02.03	PNA	-0,04000	0,00000
3.99.02.04	PNB	-0,95000	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-15.774	-23.909
4.03	Resultado Abrangente do Período	-15.774	-23.909

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-29.652	-2.489
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-1.924	-2.469
6.01.01.01	Prejuízo do período	-15.774	-23.909
6.01.01.02	Depreciação	14	12
6.01.01.03	Amortização	5	4
6.01.01.05	Amortização de custos de captação	100	855
6.01.01.07	Encargos de financiamentos	3.646	6.055
6.01.01.09	Resultado de equivalência patrimonial	9.277	11.025
6.01.01.10	Perdas com investimentos	808	808
6.01.01.13	Ativo permanente baixado	0	2.681
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-27.728	-20
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	7	-1.348
6.01.02.03	Partes relacionadas	-19.802	12.135
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-81	-967
6.01.02.06	Pagamentos antecipados	-48	-65
6.01.02.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	669	0
6.01.02.10	Outros créditos	-20	1.050
6.01.02.11	Obrigações fiscais	621	-31
6.01.02.12	Fornecedores	-9.068	1.333
6.01.02.13	Contas a pagar e outros	8	128
6.01.02.14	Outros passivos	1	0
6.01.02.15	Salários e outros encargos	-15	-226
6.01.02.16	Depósitos vinculados	0	-12.029
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	10.576	-88
6.02.01	Aplicações financeiras vinculadas	10.611	0
6.02.02	Investimentos - aquisição	0	-84
6.02.03	Imobilizado - aquisição	-35	-1
6.02.04	Intangível - aquisição	0	-3
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.643	-63
6.03.05	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-1.643	-63
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-20.719	-2.640
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20.727	4.188
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8	1.548

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	541.888	347.477	0	-613.965	0	275.400
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	541.888	347.477	0	-613.965	0	275.400
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-15.774	0	-15.774
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-15.774	0	-15.774
5.07	Saldos Finais	541.888	347.477	0	-629.739	0	259.626

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	150.253	347.477	0	-557.634	0	-59.904
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.253	347.477	0	-557.634	0	-59.904
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-23.909	0	-23.909
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.909	0	-23.909
5.07	Saldos Finais	150.253	347.477	0	-581.543	0	-83.813

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.594	-6.032
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.594	-6.032
7.03	Valor Adicionado Bruto	-2.594	-6.032
7.04	Retenções	-19	-16
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19	-16
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.613	-6.048
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-5.532	-8.298
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-9.277	-11.025
7.06.02	Receitas Financeiras	3.745	2.727
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-8.145	-14.346
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-8.145	-14.346
7.08.01	Pessoal	1.587	970
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.186	782
7.08.01.02	Benefícios	300	137
7.08.01.03	F.G.T.S.	101	51
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	532	262
7.08.02.01	Federais	459	193
7.08.02.02	Estaduais	65	61
7.08.02.03	Municipais	8	8
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5.510	8.331
7.08.03.03	Outras	5.510	8.331
7.08.03.03.01	Juros e variações monetárias	5.510	8.331
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-15.774	-23.909
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-15.774	-23.909

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	1.147.383	1.168.401
1.01	Ativo Circulante	178.800	213.233
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	81	20.795
1.01.02	Aplicações Financeiras	1	10.612
1.01.03	Contas a Receber	127.776	129.791
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.060	13.599
1.01.07	Despesas Antecipadas	575	665
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	37.307	37.771
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	61	12
1.01.08.03	Outros	37.246	37.759
1.01.08.03.03	Arrendamento Financeiro a Receber	8.256	8.094
1.01.08.03.04	Adiantamentos a Fornecedores	26.097	26.113
1.01.08.03.05	Outros Créditos	2.893	3.552
1.02	Ativo Não Circulante	968.583	955.168
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	566.615	552.363
1.02.01.06	Tributos Diferidos	25.446	25.880
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	203.401	182.108
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	337.768	344.375
1.02.01.09.03	Arrendamento Financeiro a Receber	154.757	156.516
1.02.01.09.04	Adiantamentos a Fornecedores	4.409	4.409
1.02.01.09.06	Impostos e Contribuições a Recuperar	33.362	36.706
1.02.01.09.07	Depósitos Vinculados	14.809	14.809
1.02.01.09.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	130.431	131.935
1.02.02	Investimentos	5.298	5.298
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	5.298	5.298
1.02.03	Imobilizado	154.627	152.907
1.02.04	Intangível	242.043	244.600

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	1.147.383	1.168.401
2.01	Passivo Circulante	270.829	267.963
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.939	1.925
2.01.02	Fornecedores	144.286	156.956
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.466	20.573
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	98.579	83.954
2.01.05	Outras Obrigações	4.559	4.555
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4	4
2.01.05.02	Outros	4.555	4.551
2.01.05.02.04	Contas a Pagar	1.457	1.449
2.01.05.02.05	Outros	3.098	3.102
2.02	Passivo Não Circulante	621.107	629.174
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	472.063	475.792
2.02.02	Outras Obrigações	36.785	47.696
2.02.02.02	Outros	36.785	47.696
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	30.383	32.503
2.02.02.02.05	Fornecedores	3.374	12.295
2.02.02.02.20	Outros	3.028	2.898
2.02.03	Tributos Diferidos	56.238	57.657
2.02.04	Provisões	56.021	48.029
2.02.04.02	Outras Provisões	56.021	48.029
2.02.04.02.04	Provisões para Passivo a Descoberto	54.685	46.693
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	1.336	1.336
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	255.447	271.264
2.03.01	Capital Social Realizado	541.888	541.888
2.03.02	Reservas de Capital	347.477	347.477
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-629.610	-613.836
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-4.308	-4.265

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	12.755	9.995
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.098	-3.900
3.03	Resultado Bruto	8.657	6.095
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.912	-19.561
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.806	-10.251
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-114	-1.982
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.992	-7.328
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-8.255	-13.466
3.06	Resultado Financeiro	-8.549	-12.768
3.06.01	Receitas Financeiras	8.916	7.972
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.465	-20.740
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-16.804	-26.234
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	987	446
3.08.02	Diferido	987	446
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.817	-25.788
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-15.817	-25.788
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-15.774	-23.909
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-43	-1.879
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-1,56000	-9,00000
3.99.01.02	PNR	-0,22000	-2,59000
3.99.01.03	PNA	-0,03000	0,00000
3.99.01.04	PNB	-0,96000	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-1,56000	-9,00000
3.99.02.02	PNR	-0,22000	-2,59000
3.99.02.03	PNA	-0,03000	0,00000
3.99.02.04	PNB	-0,96000	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-15.817	-25.788
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-15.817	-25.788
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-15.774	-23.909
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-43	-1.879

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-24.833	1.235
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	9.415	11.945
6.01.01.01	Prejuízo do período	-15.774	-23.909
6.01.01.02	Depreciação	13	20
6.01.01.03	Amortização	2.557	2.554
6.01.01.05	Amortização de custos de captação	100	611
6.01.01.07	Encargos de financiamentos	15.555	15.594
6.01.01.09	Resultado de equivalência patrimonial	7.992	7.328
6.01.01.11	IR e CS diferidos	-985	1.916
6.01.01.12	Participação dos acionistas não controladores	-43	3.100
6.01.01.13	Ativo permanente baixado	0	2.682
6.01.01.16	Encargos em atraso - pagamento de impostos	0	2.049
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-34.248	-10.710
6.01.02.01	Contas a receber e outras contas a receber	2.015	-41.361
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	16	-2.094
6.01.02.03	Partes relacionadas	-21.293	4.205
6.01.02.04	Impostos a recuperar	3.883	-1.188
6.01.02.06	Pagamentos antecipados	90	14
6.01.02.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	1.504	0
6.01.02.08	Arrendamento financeiro a receber	1.548	1.456
6.01.02.10	Outros créditos	659	1.243
6.01.02.11	Obrigações fiscais	-1.227	6.343
6.01.02.12	Fornecedores	-21.591	32.679
6.01.02.13	Contas a pagar e outros	8	90
6.01.02.14	Outros passivos	126	134
6.01.02.15	Salários e outros encargos	14	-203
6.01.02.16	Depósitos vinculados	0	-12.028
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	8.878	4.331
6.02.01	Aplicações financeiras vinculadas	10.611	4.811
6.02.02	Investimentos - aquisição	0	-84
6.02.03	Imobilizado - aquisição	-1.733	-393
6.02.04	Intangível - aquisição	0	-3
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.759	-4.530
6.03.04	Juros pagos s/ empréstimos e financiamentos	-3.058	-2.388
6.03.05	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-1.701	-2.142
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-20.714	1.036
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	20.795	8.279
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	81	9.315

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	541.888	347.477	0	-613.836	0	275.529	-4.265	271.264
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	541.888	347.477	0	-613.836	0	275.529	-4.265	271.264
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-15.774	0	-15.774	-43	-15.817
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-15.774	0	-15.774	-43	-15.817
5.07	Saldos Finais	541.888	347.477	0	-629.610	0	259.755	-4.308	255.447

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	150.253	347.477	0	-557.505	0	-59.775	-2.879	-62.654
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.253	347.477	0	-557.505	0	-59.775	-2.879	-62.654
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-23.909	0	-23.909	-1.879	-25.788
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.909	0	-23.909	-1.879	-25.788
5.07	Saldos Finais	150.253	347.477	0	-581.414	0	-83.684	-4.758	-88.442

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	22.640	19.007
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	22.640	19.007
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.197	-11.211
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.098	-3.900
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.099	-7.311
7.03	Valor Adicionado Bruto	15.443	7.796
7.04	Retenções	-2.581	-2.574
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.581	-2.574
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	12.862	5.222
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	934	644
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-7.992	-7.328
7.06.02	Receitas Financeiras	8.926	7.972
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	13.796	5.866
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	13.796	5.866
7.08.01	Pessoal	2.467	1.791
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.879	1.463
7.08.01.02	Benefícios	429	231
7.08.01.03	F.G.T.S.	159	97
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.671	9.123
7.08.02.01	Federais	2.354	2.398
7.08.02.02	Estaduais	7.309	6.717
7.08.02.03	Municipais	8	8
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.475	20.740
7.08.03.03	Outras	17.475	20.740
7.08.03.03.01	Juros e variações monetárias	17.475	20.740
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-15.817	-25.788
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-15.774	-23.909
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-43	-1.879



Rio de Janeiro (RJ), 31 de março de 2013 – A Multiner S.A, uma empresa de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e com participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades civis ou comerciais no setor de energia, anuncia os resultados financeiros relativos ao 1T13. As informações financeiras e operacionais a seguir são apresentadas em base consolidada e de acordo com os princípios e práticas contábeis adotadas no Brasil. Os valores são expressos em reais (R\$), exceto quando indicado de modo diferente.

DESTAQUES:

- A Companhia apresentou resultado negativo de R\$ 15,8 milhões no 1T13. No mesmo período do ano anterior, a empresa havia apresentado um prejuízo de R\$ 25,7 milhões.
- A receita líquida de vendas no 1T13 totalizou R\$ 12,7 milhões, 27,6% acima do reportado no mesmo período do ano anterior.
- **Em janeiro de 2013**, a Companhia obteve decisão judicial por meio do qual determinou-se que a ANEEL mantivesse a New Energy Options Geração de Energia S.A. no PROINFA, bem como, que a Eletrobrás efetuasse os pagamentos de acordo com os contratos celebrados, até que seja definitivamente emitida decisão pelo poder judiciário. De toda forma, ainda é possível que seja aplicada penalidade pelo não cumprimento do cronograma originalmente aprovado pela ANEEL. Ademais, foi obtida decisão liminar ordenando que a ANEEL se abstinhasse de executar o seguro-garantia referente à usina Pernambuco IV tendo em vista a necessidade de apuração dos prejuízos efetivamente causados em razão da revogação da outorga da usina. Adicionalmente, a Multiner comunicou ao mercado a contratação da empresa de auditoria Boucinhas Campos & Conti Auditores Independentes para auditar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2012, em substituição à KPMG Auditores Independentes.
- **Em março de 2013**, a Companhia obteve decisão liminar, determinando que a ANEEL se abstinhasse de executar as apólices de seguro-garantia das usinas Termopower V e VI, até manifestação posterior do juízo mediante a apresentação de processo administrativo instaurado pela ANEEL especificamente para finalidade de se apurar os danos efetivamente causados.

1T13

Relações com Investidores

Paulo Cesar Rutzen
Diretor Financeiro e de RI

Carlos Eduardo Gadelha
Analista de RI

Rosane A. G. Oliveira
Gerente de Contabilidade

ri@multiner.com.br
Tel.: (21) 2272-5548

Visite nosso site
www.multiner.com.br

Assessoria de Imprensa
Insight Comunicação
Contato: Vânia Santos
Tel: 21 2509-5399



DESEMPENHO OPERACIONAL

Parque Gerador

A Multiner atualmente possui um parque gerador composto por 03 usinas operacionais (Alegria I, Alegria II e Cristiano Rocha). Alegria I e II são comercialmente exploradas por meio de parcerias com outras empresas.

Parque Gerador da Multiner em 31.12.2012

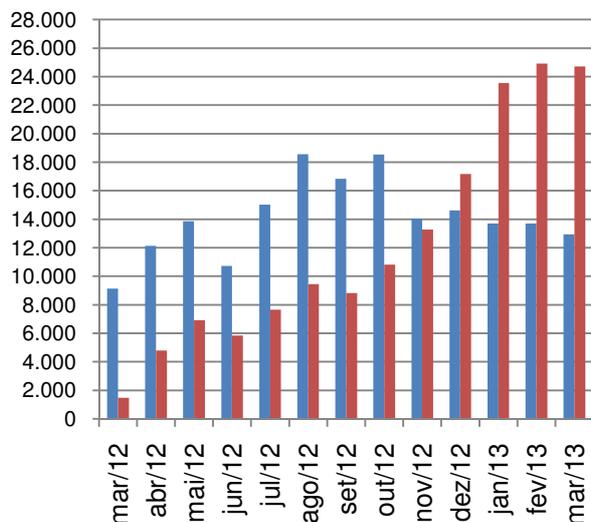
Usina	Participação (%)	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento do termo original da Autorização
Eólica				
New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO - Parque Alegria) *	80%	Guamaré/RN	151,8	12/2031
Total de fonte eólica			151,8	
Termelétrica				
Rio Amazonas Energia S.A (RAESA - Cristiano Rocha)	96%	Manaus/AM	85,0	10/2036
Total de fonte termoeletrica			85,0	
Total			236,8	

(*) Parque Eólico composto por 02 usinas

Produção

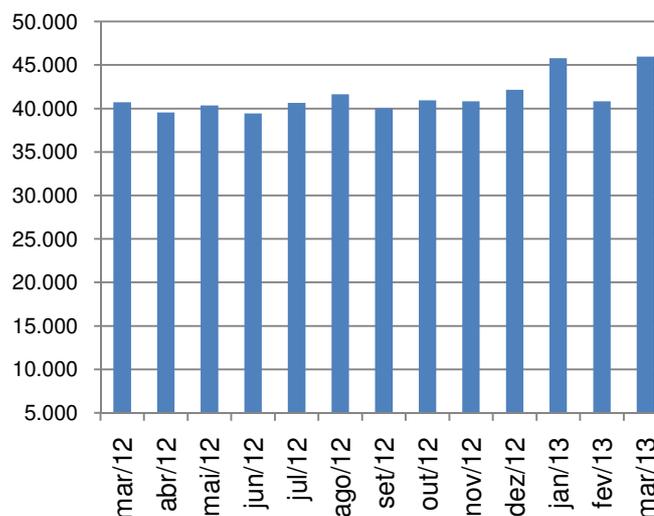
No 1T13, a produção de energia elétrica nas usinas operadas pela Multiner foi de 246.106,9 MWh. Do total gerado, a UEE Parque Alegria (Alegria I e II) por 113.541,9 MWh e UTE Cristiano Rocha (RAESA) foi responsável por 132.565,0 MWh e

Parque Eólico Alegria



■ UEE Alegria I (MWh) ■ UEE Alegria II (MWh)

RAESA



■ UTE Cristiano Rocha (MWh)

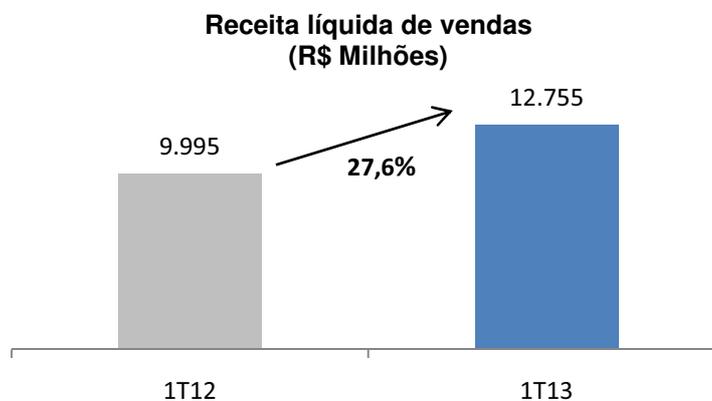


DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Multiner S.A. - Consolidado			
(Valores em R\$ mil)	1T12	1T13	Variação %
Receita líquida de vendas	9.995	12.755	27,6%
Custo das Vendas	(3.900)	(4.098)	5,1%
Despesas Gerais e Administrativas	(10.251)	(8.806)	-14,1%
Outras Despesas Operacionais	(1.982)	(114)	-94,2%
Resultado Financeiro	(12.768)	(8.559)	-33,0%
Imposto de Renda e CSLL	446	987	121,3%
Prejuízo do exercício	(25.788)	(15.827)	-38,6%

Receita Líquida de Vendas

No 1T13, a receita líquida de vendas apresentou um aumento de 27,6%, ou R\$ 2,7 milhões, quando comparada àquela auferida no mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 9,9 milhões (*ajustado*) para R\$ 12,7 milhões. O principal fator que contribuiu para essa variação foi a correção anual do contrato firmado com a Amazonas Energia e, também, a redução das glosas.



Custos das Vendas de Energia

Os custos das vendas de energia aumentaram em 5,1%, passando de R\$ 3,9 milhões (*ajustado*) no 1T12 para R\$ 4,0 milhões no 1T13.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas do 1T13 atingiram R\$ 8,8 milhões. Já essas despesas relativas ao 1T12 foram de R\$ 10,2 milhões (*ajustado*). Houve uma redução de 14,1% na comparação entre o período.

Essas despesas diminuíram devido, essencialmente, à redução no quadro de pessoal.



Outras Despesas/ Receitas Operacionais

No 1T13, houve efeito negativo de R\$ 0,1 milhões, em razão basicamente de uma perda de valor recuperável de ativos realizada no exercício de 2012.

No mesmo período de 2012, houve efeito negativo de R\$ 1,9 milhões.

Resultado Financeiro

Despesas Financeiras: no 1T13, essas despesas atingiram R\$ 17,4 milhões, ocorrendo em uma diminuição de R\$ 3,2 milhões quando comparado ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 20,7 milhões (*ajustado*). Essa redução foi resultante, essencialmente, das despesas com juros.

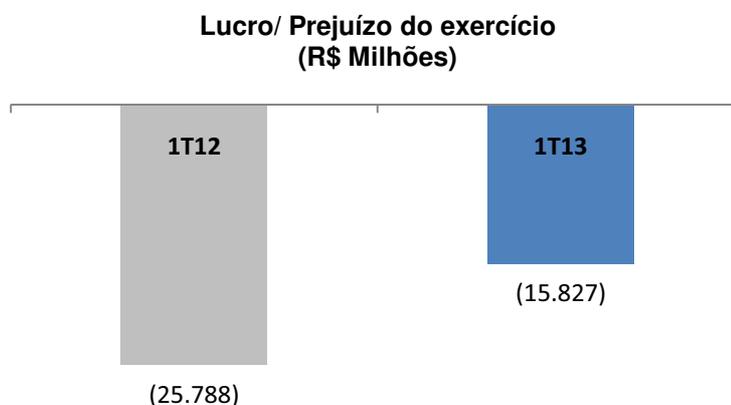
Receitas Financeiras: no 1T13, essas receitas atingiram R\$ 8,9 milhões, ocorrendo em um aumento de R\$ 0,9 milhões quando comparado ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 7,9 milhões (*ajustado*). O aumento ocorreu, essencialmente, devido a receita com mútuos.

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

No 1T13, houve reversão no valor de R\$ 0,9 milhão. No mesmo período de 2012, essas reversões somavam R\$ 0,4 milhões.

Lucro/ Prejuízo Líquido

No 1T13, a Companhia apresentou resultado negativo de R\$ 15,8 milhões, devido, essencialmente, ao efeito da aplicação de novas normas internacionais, tais como, tais como: o **CPC 18 – Investimento em Controladas e Coligadas**, o **CPC 36 – Demonstrações Consolidadas** e o **ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Contábeis Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial**, que a partir de 2013 afetaram o cálculo da equivalência patrimonial e os procedimentos de consolidação das empresas, além das variações relacionadas anteriormente neste relatório. No mesmo período do ano anterior a Companhia apresentou um resultado negativo de R\$ 25,7 milhões (*ajustado*).





EVENTOS SOCIETÁRIOS

- Em 27/03/2013 – **Reunião do Conselho de Administração:** Deliberação de Contratação da empresa de auditoria Boucinhas Campos & Conti Auditores Independentes para auditar as demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2013 e Eleição de Diretor (es).

MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

CONSUMO DE ELETRICIDADE CRESCE 2,5% NO 1T13

EXPANSÃO SE DÁ APESAR DA QUEDA DE 2,4% NA CLASSE INDUSTRIAL

Segundo relatório divulgado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, O consumo nacional de energia elétrica superou 114,6 mil gigawatts-hora (GWh) no primeiro trimestre do ano, anotando crescimento de 2,5% sobre igual período de 2012. O resultado foi obtido apesar da retração de 2,4% no consumo das indústrias.

O consumo Residencial foi o que mais avançou. A expansão de 6,6% está associada ao aumento da posse de equipamentos eletrodomésticos e ao seu maior uso.

O segmento de comércio e serviços também apresentou evolução importante, superior a 6%. Reflete o crescimento do setor terciário, do que é emblemática a expansão da área de vendas de shopping centers ocorrida no segundo semestre.

A queda do consumo das indústrias remete à inconstância dos indicadores da produção industrial e, principalmente, ao comportamento dos setores eletrointensivos.

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Relatório sobre a revisão de
Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 31 de março
de 2013

Notas Explicativas**ÍNDICE**

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. SOCIEDADES DA COMPANHIA
3. BASE DE PREPARAÇÃO
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
5. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO
6. AJUSTES RETROSPECTIVOS E RECLASSIFICAÇÃO DE ITENS DO ATIVO E PASSIVO E RESULTADO PARA 2012
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS
9. CONTAS A RECEBER
10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES
11. PAGAMENTOS ANTECIPADOS
12. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS
13. DEPÓSITOS VINCULADOS
14. INVESTIMENTOS
15. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO
16. IMOBILIZADO
17. INTANGÍVEL
18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
19. FORNECEDORES
20. OBRIGAÇÕES FISCAIS
21. CONTAS A PAGAR
22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
23. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
26. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS
27. CUSTO DAS VENDAS
28. OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS
29. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS
30. RESULTADO FINANCEIRO
31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO
32. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO
33. ARRENDAMENTO FINANCEIRO A RECEBER
34. EVENTOS SUBSEQUENTES

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A Multiner S.A (“Multiner” ou “Companhia”) é uma holding, na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, que detêm autorizações de uso de bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O controle acionário da Companhia é exercido pelo Grupo Bolognesi (54%)*, com sede em Porto Alegre. A outra participação do capital votante pertence ao Multiner Fundo de Investimento em Participações (“Multiner FIP” – 46%)*, administrado e gerido pela Planner Corretora de Valores S.A., com sede na cidade do São Paulo/SP – Brasil, o FIP é constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por oito fundações de previdência, tais como: Petros, Postalis, Funcef, Infraprev, Faceb, Refer, Fundiágua e Regius.

Os atuais empreendimentos da Multiner têm contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements - PPAs*), de longo prazo, que asseguraram sua financiabilidade. Tais contratos decorreram de programas de governo como: o fornecimento de energia elétrica para o Sistema Isolado - SI, bem como do PROINFA, através de chamadas públicas realizadas.

1.1. Aspectos Considerados Relevantes

- **Grupo Bolognesi:** Em 28 de março de 2012 o Grupo Bolognesi assinou acordo para adquirir o controle da Multiner. O conglomerado, com atuação no setor de infraestrutura e energia, vai aportar recursos e ativos, e ficará com 54% do capital votante após o fechamento do contrato de reorganização, que ainda pende do implemento de condições e da prática de atos, cuja expectativa é que ocorram até o final de 2013, como já informado em nota de rodapé. Os demais 46% serão do Fundo de Investimento em Participações - FIP Multiner. Com o acordo firmado, a UTE Santa Rita de Cássia, vencedora do Leilão A-3 de 2008, não permaneceu como investimento da Multiner.
- **UEE Alegria II:** Em 16/11/12, a UEE Alegria II teve todas as suas unidades geradoras entrado em plena operação, com capacidade instalada de 100,8MW, conforme Despacho ANEEL nº 3649.

(*) O fechamento do contrato de reorganização ainda pende do implemento de condições e da prática de atos, cuja expectativa é de que ocorram até o final de 2013. Adicionalmente, o Grupo Bolognesi é controlado pelo empresário Ronaldo Marcello Bolognesi e atua nas áreas imobiliária, construção pesada, concessões e energia. No setor de energia, conta com um portfólio de 1,02 GW, sem incluir a Multiner. Deste total, 600 MW são de pequenas centrais hidrelétricas e 420 MW de usinas termelétricas.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

2. Sociedades da Companhia

a. Controladas

2007 Participações S.A. (2007 Participações – 96,04%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem como principal atividade (a) a administração de bens de capital e próprios da sociedade; (b) participações empresariais, podendo, também, participar de outras sociedades de qualquer ramo de atividade, nacionais e estrangeiras, como sócia ou acionista; (c) participar de toda e qualquer licitação pública para quaisquer fins objetivos; (d) participar de leilões públicos e/ ou privados de qualquer natureza; (e) formar, organizar e/ou participar de consórcios empresariais com o objetivo de participar de todas e quaisquer licitações e leilões, sejam estes públicos e/ou privados e (f) participar em empreendimentos como sócia, acionista ou administradora.

A 2007 Participações S.A possui participação societária na seguinte controlada:

- Rio Amazonas Energia S.A (RAESA – 100,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Manaus/AM – Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de gás natural como energia principal e óleo combustível como secundária, e o comércio atacadista de energia elétrica, através da Central Termelétrica Cristiano Rocha (UTE Cristiano Rocha), constituída de 5 unidades motogeradoras e capacidade instalada de 85MW. Integra o Sistema Elétrico de Manaus, suprindo energia elétrica a distribuidora local Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (antiga Manaus Energia), com contrato firmado entre as partes em 2005 pelo período de 20 anos.

New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO – 80,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo (a) fabricação, venda, compra, importação, exportação, consignação e locação de quaisquer produtos eletro-eletrônicos, de informática e de geração de energia elétrica, ou quaisquer máquinas, equipamentos, ferramentas, matérias primas, componentes, peças e acessórios correlatos; (b) prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica, montagens, instalações, projetos, consultoria, manutenção, assistência técnica aos seus produtos e de terceiros, execução de obras civis, elétricas e hidráulicas; e (c) participar como sócia ou acionista em outras sociedades, como majoritária ou minoritária. Compreende o Parque Eólico Alegria, localizado em Guamaré/RN, que tem capacidade instalada total de 151,8MW.

Parque Eólico Alegria:

- Central Eólica Alegria I – possui capacidade instalada de 51MW, com 31 unidades aerogeradoras.
- Central Eólica Alegria II – Possui capacidade instala de 100,8MW, com 61 unidades aerogeradoras.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

Em operação desde 2010 e 2011, respectivamente, a sociedade possui contrato firmado com a Eletrobras, para a venda de energia, pelo período de 20 anos. A Eólica Administração e Participações possui 20% do capital restante.

Companhia Energética Uruguai S.A. (CEU – 71,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo as atividades de desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico do Rio Uruguai, no trecho entre as cotas 193m e 212m, bem como o desenvolvimento de estudos de viabilidade da UHE Iraí, os estudos ambientais pertinentes com vista à emissão da Licença Ambiental Prévia (LAP) para o empreendimento e demais estudos necessários para sua viabilização, podendo ainda constituir subsidiárias no Brasil ou no exterior. A CEU encontra-se em fase pré-operacional e terá potência instalada total bruta de 330MW. A SOG Óleo e Gás S.A. e a Estelar Engenheiros Associados Ltda. participam com 15% e 14% do capital restante, respectivamente.

b. Controladas com Outorgas Revogadas

- Termelétrica Itapebi S.A.
- Termelétrica Monte Pascoal S.A.
- Termelétrica Pernambuco IV S.A.
- Termelétrica Termopower V S.A.
- Termelétrica Termopower VI S.A.

3. Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes informações trimestrais incluem:

As informações trimestrais consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP)

As informações trimestrais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade- CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As informações trimestrais individuais da Companhia e de suas investidas foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função de (i) avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto (joint ventures) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo e (ii) manutenção de saldo de ativo diferido constituído até 31 de dezembro de 2008, formado basicamente por despesas pré-operacionais nas investidas. Esse procedimento foi permitido pelo CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08, e que tem caráter de transição até a total amortização desses saldos, enquanto que para fins de IFRS na data de transição, o saldo foi baixado em sua totalidade, para a conta de prejuízos acumulados no patrimônio líquido, conforme nota explicativa 4.1.2.

Algumas adequações foram procedidas nas informações trimestrais individuais da controladora e de suas investidas, visando o alinhamento e equiparação às informações trimestrais consolidadas em IFRS, conforme requerido na Deliberação CVM 610/09 (CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos).

Dessa forma, as informações trimestrais individuais da controladora e de suas investidas não apresentam diferenças em relação às informações trimestrais utilizadas na preparação das informações trimestrais consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43- Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos. As reconciliações do patrimônio líquido da controladora com o consolidado estão na nota explicativa 4.1.2.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião iniciada em 08 de outubro de 2013 e finalizada em 16 de outubro de 2013, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

b. Base de Mensuração

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

explicativas:

Nota 13 - Propriedade para investimento

Nota 31 - Arrendamento financeiro a receber.

As informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 7 - Contas a receber

Nota 10 - Impostos a recuperar e diferido

Nota 12 - Investimentos

Nota 15 - Intangível

Nota 21 – Contingências.

4. Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações trimestrais consolidadas e individuais são os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, publicadas na CVM em 4 de setembro de 2013.

As primeiras demonstrações financeiras da Companhia de acordo com o IFRS, tendo o IFRS - *First time adoption* como base de elaboração, foram as demonstrações contábeis de 1º de janeiro de 2009 - balanço de abertura do exercício social de 2009 (vide demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010).

A Companhia não apurou resultados abrangentes no período corrente.

4.1. Base de consolidação

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

Entidades da Companhia

Subsidiárias	Participação acionária	
	31/03/2013	31/12/2012
2007 Participações S.A.	96,04%	96,04%
Termelétrica Itapebi S.A.	100%	100%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100%	100%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100%	100%
Termelétrica Termopower V S.A.	100%	100%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100%	100%

A Companhia não apresentou alterações de participação em empresas consolidadas no período findo em 31 de março de 2013 em relação às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012.

Apesar de a Multiner possuir mais do que a metade do poder de voto na New Energy Options Geração de Energia S.A. - NEO e na Companhia Energética do Uruguai – CEU, a Multiner não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais das investidas em razão de acordo firmado com os demais investidores. Conseqüentemente, a Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

A Companhia exerce controle nas demais investidas listadas acima, e aplica o método da consolidação integral.

Os investimentos em sociedades controladas ou controladas em conjunto são avaliados por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da Companhia.

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital estão registrados ao custo. Os mesmos são classificados como passivo, enquanto não houver formalização da intenção da Administração, em caráter irrevogável e irretroatável de efetivar o aumento de capital, quando então serão tratados como parte do patrimônio líquido das investidas.

4.1.1. Principais procedimentos de consolidação

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intra-grupo

Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados da empresa controlada, exceto para as empresas que passaram a aplicar a nova redação do CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 (joint ventures)

Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações consolidadas

O valor justo de ativos e passivos de companhias adquiridas foi alocado nas contas específicas do balanço patrimonial consolidado.

4.1.2. Conciliação do Patrimônio Líquido da Controladora e Consolidado

Conforme mencionado na Nota Explicativa 3a, o patrimônio líquido da controladora difere do patrimônio líquido consolidado em função do saldo de ativo diferido existente no encerramento de cada exercício, que nas demonstrações financeiras individuais da controlada e das investidas preparadas de acordo com o BR GAAP foi mantido no ativo não-circulante e nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS foi baixado contra lucros acumulados.

	31/03/2013	31/12/2012
Saldos na controladora	259.626	275.400
Ajuste por manutenção do ativo diferido	<u>129</u>	<u>129</u>
Saldos no consolidado	<u><u>259.755</u></u>	<u><u>275.529</u></u>

4.1.3. Combinações de Negócios

O Grupo mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

Para cada combinação de negócios a Companhia escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

na data de aquisição.

4.1.4. Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

4.1.5. Controladas e controladas em conjunto

As informações trimestrais de controladas são incluídas nas informações trimestrais consolidadas a partir da data em que o controle inicia até a data em que deixa de existir exceto, as controladas com controle compartilhado (joint ventures).

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

4.1.6. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações.

4.1.7. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

O Grupo tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

4.1.7.1. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se o Grupo gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos do Grupo. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras registradas

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

como caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras vinculadas.

4.1.7.2. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis estão representados por contas a receber de clientes, de partes relacionadas, arrendamento financeiro a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

Passivos financeiros não derivativos

O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a pagar de partes relacionadas e outras contas a pagar.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

4.1.8. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido. As ações preferenciais são resgatáveis, não dão direito a voto, têm direito a um dividendo mínimo de 10% superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo.

4.1.9. Imobilizado

4.1.9.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, que representam os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo próprio Grupo inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam atribuíveis a aquisição ou construção de ativos qualificáveis, são capitalizados como parte dos custos desses ativos, líquido da receita financeira decorrentes de investimentos temporários de tais financiamentos.

Os saldos de imobilizado referem-se a ativos pertencentes à Multiner e às seguintes empresas da Companhia: Monte Pascoal, Itapebi, Pernambuco IV.

Revisões periódicas são feitas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados e a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação em prazos diferenciados de acordo com a vida útil.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

4.1.9.2. Reclassificação para propriedade para investimentos

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, o Grupo deve escolher o método de mensuração desta propriedade. O Grupo decidiu reconhecer suas propriedades a custo de acordo como CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno localizado em Cabo de Santo Agostinho que a Administração ainda determinará a sua melhor utilização e outro terreno na área rural de Santa Rita no Estado da Paraíba.

4.1.9.2.1. Custos Subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item obedecendo às premissas de que seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o custo pode ser medido de forma confiável.

O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.1.9.2.2. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, limitada ao prazo de autorização, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Máquinas e equipamentos - Administração	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática e comunicação	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

4.1.10. Ativos Intangíveis

Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a Nota Explicativa nº 17.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

Quanto às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o ágio representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis (veja Nota Explicativa nº 17).

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

4.1.10.1. Custos de Desenvolvimento

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

4.1.10.2. Outros Ativos Intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicáveis.

4.1.10.3. Gastos Subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.1.10.4. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para o saldo de software para os períodos correntes e comparativos é de 5 anos.

4.1.11. Propriedade para Investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

inicial e, subsequentemente pode ser mensurada a custo ou ao valor justo. A Administração decidiu por manter essas propriedades avaliadas pelo custo.

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno, localizado em Cabo de Santo Agostinho, o qual a Administração ainda determinará a sua melhor utilização e outro terreno na área rural de Santa Rita no estado da Paraíba. (Nota explicativa nº 15).

4.1.12. Diferido

O Ativo diferido foi extinto a partir do exercício de 2008 em função da alteração da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.941/09. Todavia, o saldo existente nas investidas em 31 de dezembro de 2008 que, pela sua natureza, não pode ser alocado a outro grupo de contas, foi mantido até a sua completa amortização ou prazo máximo de 10 anos, contados a partir do início da entrada em operação da investida, em 1º de janeiro de 2011. Conforme mencionado nas notas explicativas 3a e 4.1.2, nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS, o saldo do ativo diferido foi baixado.

4.1.13. Arrendamento Financeiro a receber

No começo de um contrato o Grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao Grupo de controlar o uso do ativo subjacente.

O Grupo separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o Grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados como arrendamentos financeiros são alocados entre receita financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do ativo (contas a receber) em aberto. (Nota Explicativa nº 33).

4.1.14. Redução ao valor recuperável - Impairment

4.1.14.1. Ativos Financeiros

Os ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado.

4.1.14.2. Ativos Não Financeiros

Os ativos não financeiros do Grupo estão representados pelo ativo imobilizado e pelo intangível. Os valores contábeis do ativo imobilizado e intangível são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

4.1.15. Benefícios Concedidos Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

4.1.16. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

4.1.17. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita de vendas compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia, conforme apresentado na nota explicativa nº 23, líquida das devoluções, descontos e encargos sobre vendas. A receita de vendas de energia é reconhecida em função de sua realização. Os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre arrendamento financeiro e aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos que não se enquadrem como capitalização de custos de empréstimos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

4.1.18. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda e 9 % de contribuição social sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da Administração.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4.1.19. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores do Grupo e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33).

Considerando a metodologia aplicada, o resultado por ação básico e diluído apresentado pela Companhia é o mesmo.

4.1.20. Informação por segmento de negócio

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes do Grupo. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração do Grupo para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Administração do Grupo efetuou avaliação considerando: (i) a natureza dos produtos, (ii) a natureza dos processos de produção, (iii) o tipo ou categoria de clientes, (iv) os métodos usados para distribuir os seus produtos e a natureza do ambiente regulatório, e, considerando que o Grupo atua apenas no setor de geração de energia, analisa e toma decisões com base em relatórios de resultados operacionais consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, o Grupo concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

Por tratar-se de apenas um segmento a apuração de resultado do Grupo já reflete o resultado por segmento.

Toda a receita do Grupo é proveniente de operações internas no País, oriunda da venda de energia.

4.1.21. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pelo Grupo e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e, para fins de IFRS, são apresentadas como informação adicional.

4.1.22. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente, que compreende itens de receita e de despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado, não está sendo apresentada porque não existem receitas e despesas que não estejam reconhecidas na demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de março de 2013 e 31 de março 2012.

4.1.23. Novas normas e interpretações

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2013 ou em fase de discussão. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 01 de janeiro de 2013 e que tiveram impactos relevantes sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

IAS 28 (CPC 18) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - Nova redação - estabelece a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e define os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

IFRS 10 (CPC 36) Demonstrações Consolidadas – Nova redação - traz novos princípios para a apresentação e a elaboração de demonstrações consolidadas quando a entidade controla uma ou mais entidades. Além disso, estabelece que a entidade (controladora) que controle uma ou mais entidades (controladas) apresente demonstrações consolidadas; define o princípio e estabelece o controle como a base para a consolidação; define como aplicar o princípio de controle para identificar se um investidor controla a investida e, portanto, deve consolidá-la e os requisitos contábeis para a elaboração de demonstrações consolidadas.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

ICPC 09 (R2) Demonstrações Contábeis Individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial – Nova redação - Esta Interpretação visa esclarecer e orientar questões inerentes aos pronunciamentos contábeis emitidos, bem como define procedimentos contábeis específicos para as demonstrações individuais das controladoras (controle integral ou conjunto)

Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 01 de janeiro de 2013 e que não tiveram impactos relevantes sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

IFRS 12 (CPC 45) Divulgação de Participações em outras Entidades – exige que a entidade divulgue informações que permitam aos usuários de suas demonstrações contábeis avaliar:

- a natureza de suas participações em outras entidades e os riscos associados a tais participações;
- os efeitos dessas participações sobre a sua posição financeira, seu desempenho financeiro e seus fluxos de caixa
- os julgamentos usados e as premissas significativas consideradas para determinar a natureza de sua participação em outra entidade ou acordo e para estabelecer o tipo de negócio em conjunto no qual tem participação;
- as informações sobre suas participações em controladas; negócios em conjunto e coligadas e entidades estruturadas que não são controladas pela entidade (entidades estruturadas não consolidadas)

IFRS 13 (CPC 46) Mensuração do Valor Justo - define o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros (CPC 38) – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos.

IAS 19 (CPC 33) Benefícios a Empregados - Nova redação - deve ser aplicada pela entidade empregadora/patrocinadora na contabilização de todos os benefícios concedidos a empregados, exceto aqueles para os quais se aplica a NBC TG 10 - Pagamento Baseado em Ações.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

E ainda existem assuntos contábeis de interesse brasileiro que não interferem nas normas internacionais. Estes Pronunciamentos já estão substancialmente desenvolvidos, aguardando discussão com reguladores (Comissão de Valores Mobiliários – CVM), que são os seguintes:

Combinação de Demonstrações Contábeis (CPC 44) – As demonstrações contábeis combinadas representam a aglutinação de demonstrações contábeis individuais de determinadas entidades, todas sob controle ou administração comum.

Demonstrações Contábeis Pró-forma (OCPC 06) – Este Procedimento estabelece os critérios para compilação, elaboração e formatação de Informações Financeiras *Pro forma* que só podem ser apresentadas quando assim forem qualificadas e desde que o propósito seja devidamente justificado em nota explicativa, como, por exemplo, em casos de reestruturações societárias, aquisições, vendas ou cisões de negócios.

Normas, interpretações e alterações de normas existentes em fase de discussão:

IFRS 06 (CPC 34) Exploração de Avaliação de Recursos Minerais - Refere-se ao tratamento das informações contábeis relacionadas com a exploração (no sentido da prospecção) e avaliação de recursos minerais, realizadas a partir da aquisição do direito legal de exploração até a constatação da viabilidade técnica e comercial do empreendimento, em cada área específica de exploração. O Pronunciamento enfatiza a necessidade de definição das políticas contábeis adotadas pela entidade para tratamento dos gastos envolvidos, notadamente, os ativos, os quais devem ser avaliados ao custo de aquisição e submetidos regularmente à avaliação da capacidade de recuperação do valor envolvido. Este Pronunciamento exige divulgação das políticas contábeis adotadas, dos valores relacionados com a exploração e avaliação, inclusive os relacionados com a perda por irrecuperabilidade de ativos, e ainda, do passivo, receitas e despesas e fluxos de caixa futuros. Determina, ainda, a incorporação aos ativos intangíveis do valor de baixa dos ativos tangíveis utilizados para o desenvolvimento daqueles, de acordo com o período de competência.

IAS 29 (CPC 42) Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária - Esta é mencionada nas normas que se referem à situação de alta inflação, com a técnica da correção integral, para as situações de investidas em países com alta inflação. O Pronunciamento está em fase de revisão no IASB.

IFRIC 20 (ICPC 18) Custos de Remoção de Estéril (Stripping) de Mina de Superfície na Fase de Produção - Esta Interpretação deve ser aplicada aos custos de remoção de estéril, incorridos na mina de superfície durante a fase de produção da mina (custos de remoção de estéril e outros resíduos minerários na fase produtiva). Ainda no documento emitido pelo IASB, *Basis for Conclusions* da IFRIC 20, em seu item BC4, é ressaltado que a Interpretação se aplica à atividade de mineração de superfície (e não de subsolo - *underground*), contemplando a extração de todo e qualquer recurso natural, inclusive carvão. Contudo estão de fora as atividades de extração de óleo e gás natural

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis adotadas pelo Grupo exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a. *Ativos intangíveis*

O valor justo do ativo intangível reconhecido na combinação de negócios é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

b. *Contas a receber de clientes e outros créditos*

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

c. *Contas a receber de arrendamento financeiro*

O contrato de compra e venda de energia, enquadrado de acordo com o ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, como arrendamento financeiro, possui características que tornam impraticável a segregação dos pagamentos entre venda de energia e arrendamento financeiro. Como consequência o valor do contas a receber foi estimado com base em valor equivalente ao valor justo do ativo subjacente. (Nota Explicativa nº33).

d. *Passivos financeiros não derivativos*

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

6. Ajustes Retrospectivos à 2012

A Companhia ajustou os saldos de 31 de dezembro de 2012 no Balanço Patrimonial e 31 de março de 2012 no resultado, devido à adequação aos CPC 18 e 36 e ao ICPC 09, cujas redações foram modificadas em relação a novos princípios de

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

apresentação e a elaboração das demonstrações financeiras de Companhias que devem aplicar o método de equivalência patrimonial em empreendimentos controlados em conjunto (Joint Ventures).

Segue abaixo quadro comparativo com os efeitos dos ajustes:

Ativo	Consolidado		
	31/12/2012	Ajustes	31/12/2012 Ajustado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	27.889	(7.094)	20.795
Aplicações financeiras vinculadas	79.214	(68.602)	10.612
Contas a receber	136.536	(6.745)	129.791
Adiantamentos a fornecedores	28.513	(2.400)	26.113
Pagamentos antecipados	1.610	(945)	665
Impostos a recuperar	34.949	(21.350)	13.599
Arrendamento financeiro a receber	8.094	-	8.094
Bens disponíveis para a venda	5.362	(5.350)	12
Outros créditos	3.662	(110)	3.552
	<u>325.829</u>	<u>(112.596)</u>	<u>213.233</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Adiantamentos a fornecedores	4.416	(7)	4.409
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	131.935	131.935
Creditos com partes relacionadas	180.409	1.699	182.108
Impostos diferidos	26.309	(429)	25.880
Impostos e Contribuições a Recuperar	75.392	(38.686)	36.706
Arrendamento financeiro a receber	156.516	-	156.516
Depósitos vinculados	16.998	(2.189)	14.809
	<u>460.040</u>	<u>92.323</u>	<u>552.363</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

Investimentos	-	-	-
Propriedades para investimento	5.298	-	5.298
Imobilizado	881.865	(728.958)	152.907
Intangível	244.601	(1)	244.600
	<u>1.591.804</u>	<u>(636.636)</u>	<u>955.168</u>
	<u>1.917.633</u>	<u>(749.232)</u>	<u>1.168.401</u>

Passivo	Consolidado		
	31/12/2012	ajustes	31/12/2012 Ajustado
Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	131.018	(47.064)	83.954
Fornecedores	167.356	(10.400)	156.956
Salários e encargos sociais	1.990	(65)	1.925
Obrigações fiscais	20.929	(356)	20.573
Contas a pagar	1.511	(62)	1.449
Débitos com partes relacionadas	507	(503)	4
Outros	3.102	-	3.102
	<u>326.413</u>	<u>(58.450)</u>	<u>267.963</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***Não circulante**

Empréstimos e Financiamentos	1.222.199	(746.407)	475.792
Obrigações fiscais	32.503	-	32.503
Adto p/Futuro aumento de Capital	135	(135)	-
Provisão para passivo a descoberto	-	46.693	46.693
Fornecedores	12.295	-	12.295
Impostos diferidos	57.657	-	57.657
Provisão para contingências	1.336	-	1.336
Contas a Pagar	47	(47)	-
Outros	2.897	1	2.898
	<u>1.329.069</u>	<u>(699.895)</u>	<u>629.174</u>
Patrimônio líquido			
Capital social	541.888	-	541.888
Reservas de capital	347.477	-	347.477
Prejuízos acumulados	<u>(622.698)</u>	<u>8.862</u>	<u>(613.836)</u>
Patrimônio líquido atribuível aos controladores	<u>266.667</u>	<u>8.862</u>	<u>275.529</u>
Participação de não controladores	<u>(4.516)</u>	<u>251</u>	<u>(4.265)</u>
	<u>262.151</u>	<u>9.113</u>	<u>271.264</u>
	<u>1.917.633</u>	<u>(749.232)</u>	<u>1.168.401</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***Demonstração de Resultado**

	Consolidado		
	01/01/2012 à 31/03/2012	Ajustes	01/01/2012 à 31/03/2012 Ajustado
Receita líquida de vendas	16.048	(6.053)	9.995
Custo das Vendas	(7.793)	3.893	(3.900)
Lucro Bruto	8.255	(2.160)	6.095
Despesas Gerais e Administrativas	(14.796)	4.545	(10.251)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(1.982)	-	(1.982)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(8.523)	2.385	(6.138)
Receitas Financeiras	9.002	(1.030)	7.972
Despesas Financeiras	(24.904)	4.164	(20.740)
Financeiras líquidas	(15.902)	3.134	(12.768)
Resultado de Equivalencia Patrimonial	-	(7.328)	(7.328)
Resultado antes dos impostos	(24.425)	(1.809)	(26.234)
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	446	-	446

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

Prejuízo do exercício	(23.979)	(1.809)	(25.788)
Prejuízo atribuível aos :			
Acionistas controladores	(23.909)	-	(23.909)
Acionistas não controladores	(70)	(1.809)	(1.879)
Prejuízo do exercício	<u>(23.979)</u>	<u>(1.809)</u>	<u>(25.788)</u>

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Caixa	2	3	-	3
Bancos conta movimento	6	19.153	77	19.209
Aplicações financeiras	-	1.571	4	1.583
	<u>8</u>	<u>20.727</u>	<u>81</u>	<u>20.795</u>

(a) As aplicações financeiras são classificadas como ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

	Taxa	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
CDBs	100% do CDI	Diário	-	1.571	-	1.571
Título de Renda Fixa	95% do CDI	Diário	-	-	4	12
			-	1.571	4	1.583

A exposição do Grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 31.

8. Aplicações financeiras vinculadas

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Título de Renda Fixa	80% CDI	-	9.686	-	9.687
Título de Renda Fixa	100,5% CDI	-	925	1	925
		-	10.611	1	10.612

As aplicações financeiras vinculadas são classificadas como ativos mensurados ao valor justo por meio de resultado.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***9. Contas a receber**

	Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - RAESA (1)	28.435	18.301
Conta de Consumo de Combustível - CCC (2)	99.341	111.490
	<u>127.776</u>	<u>129.791</u>
 Circulante	 <u>127.776</u>	 <u>129.791</u>

O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária do Grupo,deduzidos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

(1) Valores a receber da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrados na controlada RAESA. O montante contempla os seguintes valores:

(i) Faturamento mensal de potência contratada dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2013 no valor de R\$ 22.919.

(ii) Faturamento mensal de O&M dos meses de janeiro, fevereiro e março de 2013 no valor de R\$ 5.516 .

(2) Valores a receber no valor de R\$ 99.341 da conta de CCC – ISOL (conta consumo de combustíveis isolados), controlada pela Eletrobrás S.A., que efetua o pagamento de parte do combustível utilizado pela RAESA diretamente à Petrobras Distribuidora, com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais pré-estabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas por meio de contribuições mensais realizadas por todos os agentes do setor elétrico que comercializam energia elétrica com consumidores finais.

A exposição do Grupo a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 31.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***10. Adiantamentos a fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Engevix	103	103	103	103
GTel (1)	-	-	3.617	3.617
Somax	-	-	522	522
International Chamber	322	327	322	327
CCEE	842	842	2.812	2.812
Nova Energia	450	450	450	450
Tecmon(2)	-	-	22.406	22.406
Outros	109	111	274	285
Total	1.826	1.833	30.506	30.522
Circulante	1.704	1.711	26.097	26.113
Não Circulante	122	122	4.409	4.409

(1) Refere-se a adiantamento concedido à empresa GTEL Companhia Técnico de Eletromecânica, a título dos serviços de montagem eletromecânica a serem prestados nas UTEs de Sapeaçu (Termelétricas Itapebi e Monte Pascoal). Estes valores foram considerados recuperáveis em função de negociação para que os serviços sejam prestados no desenvolvimento de projetos do Grupo.

(2) Refere-se a adiantamento concedido a Tecmon Montagens Técnicas e Industriais Ltda nas controladas Termopower V e Termopower VI.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***11. Pagamentos antecipados**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Ace Seguradora S.A.	-	3	-	3
Tokio Marine Brasil Seguradora S.A.	-	-	173	242
J. Malucelli Seguradora S/A	59	-	244	253
Seguro Fiança Locatícia	49	65	49	65
Outros	98	90	109	102
Total de pagamento antecipado	206	158	575	665

12. Impostos a recuperar e diferidos**12.1. Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social - Antecipação	4.419	4.494	26.151	26.145
COFINS	1.272	1.272	3.417	3.444
PIS	277	276	742	748
Imposto de renda sobre serviços	-	-	5.881	5.105

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

Contribuição social sobre serviços	10	10	8.482	9.854
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	464	307	482	326
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	22	22	1.259	4.676
Outros	<u>8</u>	<u>10</u>	<u>8</u>	<u>7</u>
Total	<u>6.472</u>	<u>6.391</u>	<u>46.422</u>	<u>50.305</u>
Circulante	111	-	13.060	13.599
Não Circulante	6.361	6.391	33.362	36.706

12.2. Impostos diferidos - Consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

O Grupo registrou as despesas pré-operacionais incorridas a partir de 1º de janeiro de 2009 diretamente em conta de resultado do exercício, com base na Lei nº 11.638/07 e pronunciamentos do CPC. Estas despesas foram adicionadas ao lucro líquido para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, sendo tratados como diferenças temporárias, posto que serão dedutíveis em exercícios futuros.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pelo Grupo.

As controladas Termelétrica Itapebi S.A., Rio Amazonas Energia S.A., Termelétrica Pernambuco IV.e a controladora Multiner S.A. estão enquadradas no regime Tributário de Transição – RTT por executarem lançamentos contábeis que segundo a Lei nº 11.941 não se enquadram na apuração do Lucro real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, incorreram nas seguintes movimentações durante os exercícios apresentados:

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***Movimentação do Imposto de Renda e da Contribuição Social Diferidos Ativos**

	Saldo em 31/12/2012	Imposto Diferido s/ diferenças temporárias	Saldo final 31/03/2013	Reconhecido no resultado
Rio Amazonas S.A. - RAESA	1.096	-	1.096	-
2007 Participações S.A	24.784	(434)	24.350	(434)
Total	25.880	(434)	25.446	(434)

A Companhia e suas investidas não possuem estudo de lucratividade futura que as permita registrar o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais acumulados. No caso das controladas Rio Amazonas S.A. e 2007 Participações S.A., o ativo fiscal diferido foi reconhecido em função de as controladas possuírem passivo fiscal diferido em valor superior ao ativo fiscal diferido.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos

	Saldo final 31/12/2012	Realização do valor justo da investida 2007 Participações	Transferência entre contas	Saldo final 31/03/2013	Reconhecido no resultado
2007 Participações S.A.	(47.939)	867	(2.080)	(49.152)	867
Rio Amazonas S.A.	(9.718)	552	2.080	(7.086)	552
Total	(57.657)	1.419	-	(56.238)	1.419

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***13. Depósitos Vinculados**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
AES Sul - Tribunal de Justiça do RJ – CCEAR(1)	14.028	14.028	14.306	14306
Depósitos Vinculados a Litígios	428	428	503	503
Total de pagamento de Depósitos Vinculados a Litígios	<u>14.456</u>	<u>14.456</u>	<u>14.809</u>	<u>14.809</u>

(1)Refere-se ao pagamento do valor da exposição financeira das distribuidoras para garantir o juízo, já que era necessário para manter vigentes os CCEAR's, que as distribuidoras queriam rescindir, por força da revogação das outorgas das controladas Termelétrica Itapebi S.A.,Termelétrica Monte Pascoal S.A. e Termelétrica Pernambuco IV S.A. O depósito, garantia tal vigência dos CCEAR's, até que a questão envolvendo o mérito da rescisão dos mesmos ,fosse discutida em sede do Tribunal Arbitral.

14. Investimentos**14.1. Composição de saldo**

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Termelétrica Monte Pascoal S.A	621	656
Ágio na aquisição de investimentos (1)	<u>91.715</u>	<u>91.715</u>
Total	<u>92.336</u>	<u>92.371</u>

(1) Refere-se ao ágio apurado da combinação de negócios da controlada 2007 Participações S.A.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***14.2. Composição do Investimento**

	Saldo em 31/12/2012	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/03/2013
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	<u>656</u>	<u>(35)</u>	<u>621</u>

14.3. Composição da provisão para passivo a descoberto

A provisão para passivo a descoberto é composta pelo valor do patrimônio líquido negativo das investidas na data de encerramento do período, conforme apresentado abaixo:

	Controladora			
	PL negativo em 31/12/12	Resultado de Equivalência Patrimonial	Baixa de Investimentos	PL negativo em 31/03/13
2007 Participações S.A.	(100.236)	(271)	(808)	(101.315)
New Energy Options S.A.	(44.879)	(7.992)	-	(52.871)
Cia Energética Uruguai - CEU	(1.814)	(1)	-	(1.815)
Termelétrica Itapebi S.A.	(71.676)	(288)	-	(71.964)
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	(6.590)	(20)	-	(6.610)
Termelétrica Termopower V S.A.	(1.792)	(314)	-	(2.106)
Termelétrica Termopower VI S.A.	(1.888)	(356)	-	(2.244)
Total	<u>(228.875)</u>	<u>(9.242)</u>	<u>(808)</u>	<u>(238.925)</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

	Consolidado			
	PL negativo em 31/12/12	Resultado de Equivalência Patrimonial	Baixa de Investimentos	PL negativo em 31/03/13
New Energy Options S.A.	(44.879)	(7.992)	-	(52.871)
Cia Energética Uruguai - CEU	(1.814)	-	-	(1.814)
Total	(46.693)	(7.992)	-	(54.685)

14.4. Movimentação do Saldo do ágio na controladora

	Saldo em 31/12/2012	Saldo 31/03/2013
Investida		
2007 Participações S.A.	76.212	76.212
New Energy Options S.A. (NEO)	<u>15.503</u>	<u>15.503</u>
Total	<u>91.715</u>	<u>91.715</u>

14.5. Informações das Investidas

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e controladas em conjunto. As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de Participação mantido pela Companhia em suas Investidas.

Notas Explicativas**Multiner S.A.****Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

	Part.	Quantidade de ações	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido
31.12.2012									
2007 Participações S.A.	96,04%	9.700	149.569	444.669	594.238	269.942	428.657	698.599	(104.36)
New Energy Options Ger. de Energia S.A.	80%	360.000	140.743	964.781	1.105.524	72.419	1.089.205	1.161.624	(56.10)
Termelétrica Itapebi S.A.	100%	1.368.999	1.353	14.124	15.477	7.115	80.039	87.154	(71.67)
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100%	1.728.999	1.146	14.759	15.905	2.633	12.617	15.250	6.
Companhia Energética Uruguai - CEU	71%	710	4	10.668	10.672	723	12.503	13.226	(2.55)
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100%	990	2	7	9	610	5.990	6.600	(6.59)
Termelétrica Termopower V S.A.	100%	990	6.040	19.618	25.658	70	27.380	27.450	(1.79)
Termelétrica Termopower VI S.A.	100%	990	16.635	8.299	24.934	139	26.683	26.822	(1.88)

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

	Part.	Quantidade de ações	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido
31/03/2013									
2007 Participações S.A.	96,04%	9.700	146.241	440.556	586.797	268.974	423.311	692.285	(105.488)
New Energy Options Ger. de Energia S.A.	80%	360.000	157.678	953.841	1.111.519	77.513	1.100.093	1.177.606	(66.087)
Termelétrica Itapebi S.A.	100%	1.368.999	1.353	14.124	15.477	6.599	80.843	87.442	(71.965)
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100%	1.728.999	1.145	14.759	15.904	2.656	12.628	15.284	620
Companhia Energética Uruguai - CEU	71%	710	4	10.668	10.672	724	12.504	13.228	(2.556)
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100%	990	1	7	8	610	6.008	6.618	(6.610)
Termelétrica Termopower V S.A.	100%	990	6.001	19.618	25.619	85	27.640	27.725	(2.106)
Termelétrica Termopower VI S.A.	100%	990	16.599	8.299	24.898	91	27.051	27.142	(2.244)

As controladas da Companhia não têm suas ações negociadas em bolsa de valores.

As informações das controladas são incluídas nas informações consolidadas a partir da data em que o controle inicia até a data com controle compartilhado (joint ventures), que passaram a aplicar a nova redação do CPC 18, CPC 36 e ICPC 09.

14.6. *Comprometimento de capital* **Notas Explicativas**

As eventuais garantias necessárias para que a investida New Energy Options Geração de Energia S.A. execute seu objeto social serão obtidas unicamente pela Multiner mediante contra garantia da outra acionista, Eólica Administração e Participação Ltda. (“Eólica”), proporcionalmente a sua participação no capital social. A Multiner também tem o compromisso de garantir empréstimos à Eólica quando for necessário realizar aumento de capital para fins de cumprimento do objeto social da investida, aportando em nome desta os recursos necessários.

A Multiner tem compromisso, firmado através de acordo de acionistas, de aportar o total de R\$ 8.094 na Companhia Energética do Uruguai S.A. - (“CEU”), dos quais R\$ 7.026 já foram aportados.

15. **Propriedades para investimento**

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno, localizado em Cabo de Santo Agostinho e outro terreno na área rural de Santa Rita no Estado da Paraíba, que a Administração ainda esta avaliando a sua melhor utilização.

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/03/2013	31/12/2012
Sapeaçu/BA	667	667
Cabo de Santo Agostinho/PE	2.029	2.029
Santa Rita/PB	2.602	2.602
	<u>5.298</u>	<u>5.298</u>

A Administração decidiu por manter estas propriedades avaliadas pelo custo.

Multiner S.A.

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

16. Imobilizado

Controladora

	Benfeitorias em imóveis de terceiros (*)	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipa informática e cor
Custo					
Saldo em 31 de dezembro de 2012	283	20	131	28	
<i>Adições</i>	-	-	-	-	
<i>Baixas</i>	-	-	-	-	
Depreciação					
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(281)	(7)	(49)	(12)	
<i>Adições</i>			(2)	(1)	
<i>Baixas</i>	-	-	-	-	
Saldo em 31 de março de 2013	(281)	(7)	(51)	(13)	
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2012	2	13	82	16	
Em 31 de março de 2013	2	13	80	15	

47

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

Consolidado

	Terrenos	Veículos	Benefitórias em imóveis de terceiros (*)	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamen inform comun
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2012	67	-	283	20	142	28	
<i>Adições</i>	-	-	-	-	-	-	
<i>Transferências</i>	-	-	-	-	-	-	
<i>Baixas</i>	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de março de 2013	67	-	283	20	142	28	
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	-	(281)	(7)	(51)	(12)	
<i>Adições</i>	-	-	-	-	(3)	(1)	
<i>Baixas</i>	-	-	-	-	-	-	

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

Saldo em 31 de março de 2013	-	-	(281)	(7)	(54)	(13)	(152)	-	-	(507)
<u>Valor contábil</u>										
Em 31 de dezembro de 2012	67	-	2	13	91	16	89	205.578	(52.949)	152.907
Em 31 de março de 2013	67	-	2	13	88	15	114	207.277	(52.949)	154.627

Notas Explicativas**Multiner S.A.****Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***17. Intangível****a. Composição do saldo**

O intangível é composto pelo ágio na aquisição de investimentos permanentes e por gastos relativos a desenvolvimento de projetos que irão gerar valor econômico futuro para o Grupo, demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Ágio na aquisição de investimentos (i)	-	-	91.715	91.715
Contrato de compra de energia (ii)	-	-	144.564	147.115
Projeto Pernambuco (iii)	5425	5.425	5.425	5.425
Projeto Iraí (iv)	254	254	254	254
Software	35	40	51	57
Obras de Arte	-	-	34	34
	<u>5.714</u>	<u>5.719</u>	<u>242.043</u>	<u>244.600</u>

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

(i) *Ágio apurado na aquisição de Investimentos Permanentes:*

Ágio apurado na aquisição da New Energy Options

A Multiner realizou projeções financeiras para as usinas Alegria I e II da investida, considerando diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e vendas de energia já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação de tais usinas. O valor presente dos fluxos de caixa, que são parte dessas projeções, foi apurado considerando-se uma taxa de desconto de 13% a.a. e prazo de projeção dos resultados de 20 anos, de acordo com os contratos de venda de energia. O ágio apurado foi de R\$ 15.503.

Ágio apurado na aquisição da 2007 Participações

Em 10 de dezembro de 2010, a Multiner S.A. passou a deter 96,04% do capital social da 2007 Participações S.A. Foram efetuadas projeções financeiras para a usina UTE Cristiano Rocha, empreendimento da RAESA, considerando diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e venda de energia já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação de tais usinas. O valor presente dos fluxos de caixa, que são parte dessas projeções, foi apurado considerando-se uma taxa de desconto de 11% a.a., e o prazo remanescente de 16 anos do contrato de venda de energia. O ágio apurado para os 96,04% das ações já efetivamente transferidas foi de R\$ 76.212

(ii) Refere-se ao valor presente do contrato de compra de energia firmado entre a Rio Amazonas Energia S.A e Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado nas demonstrações financeiras consolidadas em função da combinação de negócios.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

(iii) Projeto Pernambuco: compreendido por 2 projetos de usinas termelétricas movidas a óleo combustível conforme abaixo:

Usinas	Capacidade Nominal (MW)	Leilão	Entrada em operação	Lotes vendidos (MW médios)	ICB (R\$/MWh)	Receita fixa (R\$milhões/ano)
UTE Termopower V	200,8	A-5	01/01/2013	104	145,90	75,7
UTE Termopower VI	200,8	A-5	01/01/2013	104	144,80	74,7

O valor do projeto é representado por desembolsos realizados pela Companhia que irão gerar valor econômico futuro.

(iv) Projeto Iraí: Refere-se a 71% dos investimentos realizados pela Companhia Energética do Uruguai S/A em estudos de revisão de inventário e de viabilidade técnico-econômica, para implantação de uma usina hidrelétrica a ser construída no rio Uruguai. Após a conclusão desses estudos, o mesmo será encaminhado à ANEEL para que seja realizado leilão para a concessão da construção e operação da usina. Caso a Multiner e suas associadas nesse empreendimento não sejam vencedoras nesse leilão, a Administração entende que os gastos na elaboração dos estudos de aproveitamento hídrico referentes à usina hidrelétrica de aproximadamente 330 MW serão ressarcidos.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***Movimentação do intangível****Custo Controladora**

	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/03/2013
Software	5 anos	84	-	-	84
Custos de desenvolvimento	indefinida	5.679	-	-	5.679
		<u>5.763</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.763</u>

Amortização Controladora

	Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/03/2013
Software	(44)	(5)	-	(49)
	<u>5.719</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>5.714</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

		Custo Consolidado			
	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/03/2013
Software	5 anos	160	-	-	160
Obras de Arte	indefinida	34	-	-	34
Custos de desenvolvimento	indefinida	5.679	-	-	5.679
Ágio	indefinida	91.715	-	-	91.715
Contrato de compra de energia	indefinida	147.115	-	(2.551)	144.564
		244.703	-	(2.551)	242.152
		244.703	-	(2.551)	242.152
		Amortização Consolidado			
		Saldo em 31/12/2012	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/03/2013
Software		(103)	(6)	-	(109)
		244.600	(6)	(2.551)	242.043
		244.600	(6)	(2.551)	242.043

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***18. Empréstimos e Financiamentos**

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do Grupo a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 31.

As obrigações por empréstimos e financiamentos líquidas do custo de captação são representadas como segue:

		<u>Controladora</u>	
	<u>Encargos anuais (*)</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Capital de giro (R\$)	17,73%	<u>122.394</u>	<u>120.291</u>
		<u>122.394</u>	<u>120.291</u>
Parcela de curto prazo (circulante)		8.649	5.999
Parcela de longo prazo (Não circulante)		113.745	114.292

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

		Consolidado	
		31/03/2013	31/12/2012
Financiamentos de curto prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)		
IGPM	16,47%	98.579	83.954
		<u>98.579</u>	<u>83.954</u>
		Consolidado	
		31/03/2013	31/12/2012
Financiamentos de longo prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)		
IGPM	16,21%	470.724	472.843
CDI	10,17%	1.339	2.949
		<u>472.063</u>	<u>475.792</u>

(*) Custo médio ponderado da variação do IGP-M/CDI desde a concepção da dívida até a presente data, acrescidos dos juros médios ponderados.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

O cronograma de pagamento das parcelas de curto e longo prazos dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

	Controladora	
	31/03/2013	31/12/2012
2012	-	916
2013	8.649	955
2014	112.875	65.724
2015	1.340	8.769
2016 em diante	-	44.495
Custo de captação	(470)	(569)
	<u>122.394</u>	<u>120.291</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

	Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
2013	86.963	83.954
2014	160.905	159.620
2015	69.945	71.030
2016	37.470	37.101
2017 em diante	215.829	208.609
Custo de captação	(470)	(568)
	<u>570.642</u>	<u>559.746</u>

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por indexador de origem:

,

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

		<u>Consolidado</u>	
Financiamentos de curto prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)	31/03/2013	31/12/2012
IGPM	16,47%	98.579	83.954
		<u>98.579</u>	<u>83.954</u>

		<u>Consolidado</u>	
Financiamentos de longo prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)	31/03/2013	31/12/2012
IGPM	16,21%	470.724	472.843
CDI	10,17%	1.339	2.949
		<u>472.063</u>	<u>475.792</u>

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

(*) Custo médio ponderado da variação do IGP-M/CDI desde a concepção da dívida até a presente data, acrescidos dos juros médios ponderados.

Covenants

As operações de empréstimos e financiamentos da Companhia possuem determinadas cláusulas restritivas (*covenants*). Em 31 de março de 2013 a Companhia não avaliou o impacto dessas cláusulas sobre as demonstrações financeiras.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento do Grupo:

- Cessão dos direitos creditórios dos empreendimentos;
- Alienação fiduciária dos equipamentos;
- Fianças bancárias;
- Seguro de conclusão das obras;

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

- Aplicações financeiras;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos;
- Penhor das ações da Sociedade;
- Fiança dos acionistas; e
- Hipoteca do Terreno da RAESA no valor de R\$ 630.

A Companhia não efetuou no prazo de vencimento o pagamento dos CCBs emitidos pela Rio Amazonas Energia S.A,-RAESA, com vencimento de março de 2012 à março de 2013, num total de aproximadamente R\$44.941. A liquidação das parcelas em atraso estão sendo efetuadas ao longo de 2013.

Vide quadro de maturidade dos financiamentos, considerando valor nominal, incluindo juros a vencer, na Nota Explicativa nº 31.

De acordo com o acordo de reorganização financeira da Multiner, fechado em março de 2012, quando ocorrer o fechamento da operação de reestruturação financeira da Multiner, com expectativas de ocorrer até o final de 2013, as CCB's com vencimento a partir de fevereiro de 2012, terão carência de até 5 anos no pagamento dos valores de principal.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***19. Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Ativa Engenharia e Participações Ltda	113	-	-	-
Caterpillar Motoren GMBH & Co.	-	-	5.529	5.764
Davis Polk & Wardwell	278	-	278	-
EMPA S.A. Serviços de Engenharia	-	-	4.477	1.103
Engevix Engenharia S.A.	-	-	683	683
G5 Energy Participações Ltda	366	-	366	-
Kroma Comercializ. De Energia Ltda	183	-	183	-

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

Machado Meyer Sendacz e Poice Adv.	283	-	283	-
Medabil Sistemas Construtivos S.A.	-	-	723	723
Petrobras Distribuidora S.A. (a)	-	8.921	108.451	120.592
Wartsila Brasil Ltda.	-	-	10.939	11.706
Wartsila Finland	-	-	12.165	11.508
Outros	428	1.798	3.583	17.172
	<u>1.651</u>	<u>10.719</u>	<u>147.660</u>	<u>169.251</u>
Circulante	<u>1.651</u>	<u>1.798</u>	<u>144.286</u>	<u>156.956</u>
Não circulante	<u>-</u>	<u>8.921</u>	<u>3.374</u>	<u>12.295</u>

(a) Destaca-se o valor a pagar a Petrobras Distribuidora, referente ao consumo de combustível da investida RAESA, a ser reembolsado pela Eletrobrás (via a conta de CCC) e pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A., conforme destacado na nota explicativa nº 7

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

A exposição do Grupo a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 31.

20. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
IRF	47	57	986	987
ISS	-	-	82	156
ICMS	105	105	1.534	1.325
IOF	7.725	7.071	9.983	9.081
Parcelamentos de ICMS(1)	-	-	38.862	40.982
Outros	8	31	402	545
Total	7.885	7.264	51.849	53.076
Circulante	7.885	7.264	21.466	20.573
Não Circulante	-	-	30.383	32.503

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

(1) O valor de R\$38.862, refere-se substancialmente ao ICMS devido da controlada Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA, que em dezembro de 2012, foi negociado junto à Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas o parcelamento desse imposto, inicialmente pelo valor de R\$ 46.321.

21. Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Contas a pagar por aquisição de investimento (1)	1.457	1.449	1.457	1.449
Circulante	1.457	1.449	1.457	1.449

(1) Em 31 de março de 2013, o saldo refere-se ao valor a pagar para a empresa Quattropar, referente à compra de 29,70% da participação acionária na empresa 2007 Participações S.A. A variação no trimestre no valor de R\$ 8, refere-se a atualização monetária da dívida. A empresa está contestando judicialmente os valores cobrados pela Quattropar.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

A exposição do Grupo a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar é divulgada na Nota Explicativa nº 31.

22. Transações com partes relacionadas

Em 01 de outubro de 2012 a Companhia transferiu o saldo dos mútuos com as controladas New Energy Options Geração de Energia S.A., Termelétrica Itapebi S.A., Termelétrica Monte Pascoal S.A., Companhia Energética do Uruguai S.A. e Termelétrica Pernambuco IV S.A. para a conta de adiantamento para futuro aumento de capital, decidindo que qualquer valor cedido as suas controladas à partir desta data, seja classificado nesta conta

A companhia tem a intenção de efetivar o aumento de capital, no segundo semestre de 2013.

Remuneração de pessoal-chave da administração

Os administradores apresentados na nota a seguir são os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado do período findo em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 está apresentado no quadro abaixo:

	31/03/2013	31/12/2012
Administradores (pró-labore)	141	755
Conselho de Administração/Fiscal (Honorários)	97	644
Comitê (Honorários)	15	73
	<hr/>	<hr/>
Total	253	1.472
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

Controladora

A Companhia está sob a gestão da Bolognesi Participações S.A, conforme estatuto de transição de 28 de março de 2012.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

Segue resumo das operações e saldos com empresas relacionadas:

Classificação	Descrição	Data de Vencimento ou prazo	Condição de rescisão ou término	Vínculo	Parte Relacionada	Controladora		Consolidado	
						31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012 Ajustado
Contas a Receber	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica	38.854	38.712	38.854	38.712
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	A&G	261	261	261	261
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Mylossoma Participações	54	54	54	54
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada Joint	do Uruguai	2.417	2.417	2.417	2.417
Contas a Receber	despesas	Indeterminado	Inexistente	Venture	Genesis 2000	153	153	153	152
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	UTE Itapebi	77.845	77.040	-	-

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	UTE Monte Pascoal	10.916	10.906	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Cia Energetica do Uruguai	7.026	7.026	7.026	7.026
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Pernambuco IV 2007	6.008	5.989	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Paricipações	7.544	7.542	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Termeletrica	123.405	124.908	123.405	124.908
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termopower V	20.300	20.300	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Termopower VI	10.800	10.800	-	-
Valores a Receber (*)	Aporte de capital	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica	12.802	12.594	12.802	12.594
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Santa Rita	386	380	386	380

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

Contratos de Mútuo	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Pernambuco III Bolognesi Participações	127	125	127	125
Contratos de Mútuo	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Acionista	S/A	148.286	127.352	148.286	127.352
Contratos de Mútuo	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Termopower V	7.340	7.080	-	-
Contratos de Mútuo	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Termopower VI	16.251	15.883	-	-
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Trapiche I	31	31	31	31
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Trapiche II	30	31	30	31
Não Circulante:						<u>490.836</u>	<u>469.584</u>	<u>333.832</u>	<u>314.043</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

Classificação	Descrição	Data de Vencimento ou prazo	Condição de rescisão ou término	Vínculo	Parte Relacionada	Controladora		Consolidado	
						31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012 Ajustado
Passivo Circulante:									
Contas a pagar		Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Crisga Consultoria	4	4	4	4
					Circulante:	<u>4</u>	<u>4</u>	<u>4</u>	<u>4</u>
Passivo Não Circulante:									
Dividas com pessoas ligadas	Contratos de mútuos	Indeterminado	Inexistente	Controlada	RAESA	35.288	33.169	-	-
					Sub-total:	<u>35.288</u>	<u>33.169</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

					Não Circulante:	<u>35.288</u>	<u>33.169</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado do Período									
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Multiner Óleo e Gás	-	177	-	177
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Companhia 44 de Negócios S.A. JABR	-	556	-	556
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Participações S.A. 2007	-	556	-	556
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Participações Termelétrica Itapebi S.A.	-	67	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Pernambuco IV S.A.	-	1.538	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Sta. Rita de Cássia S.A.	-	379	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica	6	30	6	30

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

Financeiras	mútuo				Pernambuco III S.A.	2	3.389	2	3.389
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A	2.461	426	2.461	426
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Trapiche I S.A.	1	2	1	2
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Termopower V S.A.	121	655	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Trapiche II S.A.	-	2	-	2
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Termopower VI S.A.	270	769	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Options	-	3.083	-	3.083
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Jorge Amilcar Boueri da Rocha Eólica	-	-	-	169
Contas a receber		Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Administração e Participações	726	3.076	726	3.076

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

						LTDA			
Despesas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Rio Amazonas Energia S.A.	(598)	(2.223)	-	-
Despesas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Options	-	(248)	-	(248)
Despesas Financeiras	Aquisição de investimentos	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Tecnologia	-	(3)	-	(3)
Resultado:						<u>2.989</u>	<u>12.488</u>	<u>3.196</u>	<u>11.215</u>

Notas Explicativas

23. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas estão se defendendo de ações de naturezas cíveis e regulatórias. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, segregou as chances de êxito nesses processos entre provável e possível.

As causas foram classificadas como provável quando, na avaliação da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a causa em discussão. Para essas causas, uma provisão para contingências foi constituída no valor total da causa.

As causas foram classificadas como possíveis quando, na avaliação da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia não admite a obrigação, por entender que existem fortes argumentos de defesa. Nesses casos, a Administração considera que é improvável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a causa em discussão, ou que o valor da saída de recursos não pode ser estimado com confiança, por ainda depender de eventos futuros relevantes. Para essas causas, nenhuma provisão foi constituída.

Multiner S.A.

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

Risco provável

Empresa	Descrição dos processos	Controlado
		31.03.2013
Itapebi	Ação de Cobrança, pelo rito ordinário fundamentada no inadimplemento do protocolo de intenções firmado entre a MEDABIL e a ITAPEBI para a celebração do contrato de fornecimento e montagem de materiais.	-
		-

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

Risco possível

Empresa

Descrição dos processos

Monte Pascoal

Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do obrigações.Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pelo efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.

Itapebi

Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do obrigações.Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pelo efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.

Multiner

Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do obrigações da UTE Pernambuco IV..Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

2007/Raesa	<p>Processo administrativo em andamento junto à distribuidora Amazonas Energia em razão do atraso na conversão da usina para operação bi-combustível, em fase de contraditório. Apresentada defesa com base (i) na ausência de mora contratual pelo atraso, uma vez que não deu causa à mora, (ii) ausência de obrigação contratual entre RAESA e Amazonas Energia, e (iii) a inexistência de relação contratual entre CIGÁS – fornecedora e a RAESA. Defesa administrativa apresentada, tendo sido obtida decisão judicial liminar suspendendo a cobrança do valor correspondente ao gás, que a AME pretendia glosar na fatura.</p>	-	21.393
Termopower V e VI	<p>Aplicação de penalidade pela ANEEL referente à revogação da outorga por descumprimento de cronograma e obrigação. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação dos empreendimentos.</p>	-	32.000
Monte Pascoal	<p>Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretenso prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/2013, determinando o depósito cautelar equivalente a 12MM pelas requerentes, e a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.</p>	-	35.000

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

Itapebi	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretenso prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/13, determinando o depósito cautelar equivalente a 12MM pelas requerentes, e a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.	-	35.000
Multiner	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretenso prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/2013, determinando o depósito cautelar equivalente a 12MM pelas requerentes, e a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.	35000	35.000

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

Itapebi	Em dezembro de 2011, a Companhia tomou ciência da abertura de um processo de arbitragem impetrado pelo fornecedor Caterpillar AG contra a Multiner, referente ao descumprimento das obrigações contratuais relacionadas ao fornecimento de equipamentos para a UTE Itapebi, com o pleito de EUR 60 milhões. Todavia, após a fase de produção de provas, perícia técnica, bem como das alegações finais, a Caterpillar reconheceu o valor de EUR 23 milhões.	-	61.994
Total		67.938	294.059

Notas Explicativas**Multiner S.A.****Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013**

(Em milhares de Reais)

24. Patrimônio líquido

a. Capital subscrito e integralizado

O capital subscrito e integralizado em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 541.888, sendo composto por 5.712.567 ações ordinárias e 2.497.207 ações preferenciais. Todas as ações emitidas foram integralizadas.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de março de 2013, a composição acionária era a seguinte:

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

Acionistas	Qde Total	EO	EPB	EPA
BOLOGNESI PARTICIPAES S.A.	1.291.140	1.291.140	-	-
CIA 44 DE NEGOCIOS S.A.	197.031	197.031	-	-
JABR PARTICIPACOES SA	183.918	183.918	-	-
CIA DE INVESTIMENTOS RESULTADO	54.911	54.911	-	-
MULTINER FUNDO DE INVEST EM PARTICIPAÇÕES	3.985.567	1.488.360	1.970.751	526.456
Total	5.712.567	3.215.360	1.970.751	526.456

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

Em 28 de março de 2012, JABR Participações S.A, Cia 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria como “Vendedores” e a Bolognesi Participações S.A. como “Compradora” celebram o contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade das ações da Multiner e suas Controladas. Simultaneamente, a Bolognesi Participações S.A. em conjunto com a sua subsidiária Brasilterm Energia S.A., firmam com a Multiner Fundo de Investimentos e Participações um contrato de reorganização e de financiamento da Multiner S.A., que estabelece os atos de reorganização e de financiamento da Companhia que, depois de realizados, permitirão ao Grupo Bolognesi adquirir a maioria das ações ordinárias com direito a voto e o controle societário da Multiner. Nos termos desse contrato a operação tem como objetivo (a) o refinanciamento das dívidas da Companhia; (ii) a capitalização da Companhia de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento dos seus acionistas e (iii) a transferência do controle acionário da Companhia para o Grupo Bolognesi.

O Grupo Bolognesi assinou acordo para adquirir o controle acionário da Companhia mediante aquisição da totalidade das ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de emissão da Multiner, sendo que, após a conclusão da operação, os Vendedores deixarão de ter qualquer participação no capital da Multiner.

O fechamento da operação de reorganização e financiamento e a consequente transferência de controle da Multiner estão sujeitas à obtenção da autorização prévia da ANEEL e implemento de demais condições previstas no Contrato de Compra e Venda de Ações e no Contrato de Reorganização. Ainda em 28 de março de 2012, através de Ata de Assembléia Geral Extraordinária, ocorreram as seguintes deliberações: (i) aprovar o cancelamento das 52.148 ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia, atualmente mantidas em tesouraria (ii) aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em circulação em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1; (iii) considerando (a) a total integralização do atual capital social da Companhia e (b) a necessidade de capitalização da Companhia para efetiva execução do seu objeto social, aprovar o aumento de capital social da Companhia por meio de subscrição de novas ações, nas seguintes condições: (1) valor do aumento: R\$ 391.636 sendo deste valor integralização imediata de R\$ 99.999 e o saldo restante equivalente a R\$ 291.636 integralizado em dinheiro conforme chamadas de capital que serão realizadas pelo Conselho de Administração e condicionadas à prévias autorizações especificadas na AGE.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

Em 28 de setembro de 2012, conforme “Termo de Fechamento”, as ações dos antigos acionistas, Cia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A., Cia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, passaram a ser de propriedade de Bolognesi Participações S.A. que se tornou a partir desta data controladora da Multiner S.A.

Ações preferenciais

Em 2009 a Companhia aumentou seu capital em R\$ 149.526, com emissão de 497.768 ações preferenciais resgatáveis. Este aumento de capital gerou reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$ 316.259.

As ações Preferenciais Nominativas Resgatáveis - PNR são conversíveis em ações ON da Companhia, no quarto ano contado da data de aprovação da sua emissão, que ocorreu em 5 de dezembro de 2008, na proporção de 1/1, isto é, cada ação preferencial poderá ser convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Além do direito de conversão em ações ordinárias descrito acima, essas ações, possuem direito a dividendos no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, participação integral nos resultados da Companhia em igualdade com as ações ordinárias e preferência em deliberar sobre a conversão das ações preferenciais resgatáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 1/1, caso a Companhia decida realizar emissão pública de ações antes do prazo previsto para conversão dessas ações em ações ordinárias.

Decorrido o prazo mencionado acima, caso o acionista opte pela não-conversão de suas ações, as mesmas serão resgatadas pela Companhia, obedecendo a um cronograma de pagamento, que equivale ao resgate de 1/6 das ações preferenciais resgatáveis, em seis semestres consecutivos

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

contados a partir de 24 de maio de 2013, ao preço que corresponderá ao preço de emissão atualizado pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) acrescido de 9,5% ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais resgatáveis, também atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% ao ano, desde a data do recebimento dessas quantias.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares as antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas, dependendo apenas da assinatura do Termo de Fechamento do Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia.

Ações em Tesouraria

Em 31 de março de 2011, a Companhia recomprou 52.148 ações preferenciais nominativas resgatáveis de sua emissão pelo valor de R\$ 46.897, sem redução do capital social mediante permuta por debêntures de emissão da BVA Empreendimentos S.A., conforme contrato de Dação em pagamento de ações celebrado entre BVA Empreendimentos e Multiner.

Em 28 de março de 2012 foram canceladas 52.148 (cinquenta e duas mil, cento e quarenta e oito) ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria.

b. Reserva de capital para investimentos

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

Essa reserva foi constituída em 31 de dezembro de 2007 e aprovada pelos acionistas da Multiner, conforme AGE da mesma data, com o intuito de promover o aporte de recursos para investimentos.

c. Reserva de ágio na emissão de ações

O montante de R\$ 269.361 é decorrente de ágio apurado através de análise a valor de mercado quando da emissão, em 2009, de ações preferenciais resgatáveis.

d. Ágio em transações de capital

Representados pelo ágio apurado no aumento de participação na controlada Termelétrica Santa Rita S.A. no valor de R\$ 2.901.

e. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

A Companhia não apresentou resultado positivo para base de pagamento de dividendos nos exercícios apresentados.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***25. Receita operacional**

	Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012
		Ajustado
Fornecimento de energia:		
Potência Garantida	23.345	21.666
Operação e Manutenção	5.516	4.644
	<u>28.861</u>	<u>26.310</u>
Deduções:		
PIS	(476)	(434)
COFINS	(2.193)	(2.000)
ICMS	(7.216)	(6.578)
Leasing Financeiro - Raesa	(5.795)	(5.824)
Outras deduções	(426)	(1.479)
	<u>(16.106)</u>	<u>(16.315)</u>
Receita líquida de vendas	<u><u>12.755</u></u>	<u><u>9.995</u></u>

A rubrica “Outras deduções” inclui: Glosa / Penalidade – R\$ 426, da controlada RAESA..

A receita da Companhia é substancialmente representada pelo valor de venda de energia no período de janeiro a março de 2013, pela usina termelétrica Rio Amazonas Energia S.A..

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***26. Despesas gerais e administrativas**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012
				Ajustado
Pessoal	536	(1.055)	(252)	(1.968)
Honorários dos administradores	(636)	(107)	(891)	(184)
Tributárias	(265)	(70)	(343)	(196)
Depreciação/Amortização	(19)	(16)	(2.581)	(2.574)
Consultorias e assessorias em geral	(1.141)	(147)	(1.358)	(280)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(94)	(559)	(208)	(597)
Armazenagem	-	-	(406)	(967)
Consultoria jurídica	(1.333)	(1.268)	(1.402)	(1.632)
Seguros	(32)	(34)	(100)	(36)
Aluguel	(560)	(720)	(646)	(733)
Viagens	(138)	(75)	(191)	(97)
Outras despesas	(242)	(468)	(428)	(987)
	<u>(3.924)</u>	<u>(4.519)</u>	<u>(8.806)</u>	<u>(10.251)</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***27. Custo das vendas**

	Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012
		Ajustado
Operação e Manutenção	(2.317)	(2.259)
Óleo lubrificante	(515)	(629)
Seguros	(63)	(79)
Outros custos	(1.203)	(933)
Custo das vendas	(4.098)	(3.900)

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***28. Outras despesas/receitas operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012 Ajustado
Despesa com provisão de perda aquisição 2007 Participações S.A.	(808)	(808)	-	-
Penalidades com energia elétrica	-	(67)	-	(67)
Perda sobre valor recuperável	-	(1.887)	-	(1.888)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	(114)	(103)
(-) Outras receitas	-	1	-	76
	<u>(808)</u>	<u>(2.761)</u>	<u>(114)</u>	<u>(1.982)</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***29. Despesas com Benefícios a Funcionários**

A Companhia não concede a seus funcionários benefícios de aposentadoria, pós-emprego, remuneração baseada em ações ou nenhum outro tipo de benefício de longo prazo. As despesas com os funcionários estão demonstradas a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2012</u> Ajustado
Ordenados e Salários	-	782	693	1.463
Encargos Sociais	-	243	221	458
Benefícios	-	137	129	231
	<u>-</u>	<u>1.162</u>	<u>1.043</u>	<u>2.152</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***30. Resultado financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2013	31/03/2012 Ajustado
Despesas Financeiras				
Varição monetária negativa	(2.839)	(3.941)	(6.236)	(4.902)
Despesa com juros	(1.284)	(2.770)	(10.025)	(12.879)
Despesa com multas	(13)	(86)	(17)	(1.240)
Varição cambial negativa	(16)	(1)	(136)	(776)
Despesa com mútuos	(598)	(909)	-	(245)
Outras despesas financeiras	(760)	(624)	(1.051)	(698)
	-		-	
	<u>(5.510)</u>	<u>(8.331)</u>	<u>(17.465)</u>	<u>(20.740)</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***Receitas Financeiras**

Receita com aplicação financeira	81	53	81	81
Variação monetária positiva	726	918	889	1.164
Receita com mútuos	2.862	1.366	2.471	585
Variação cambial positiva	16	-	866	752
Atualização monetária s/créditos tributários	60	108	438	757
Juros s/arrendamento financeiro	-	-	4.171	4.351
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-
Outras receitas financeiras	-	282	-	282
	-	-	-	-
	<u>3.745</u>	<u>2.727</u>	<u>8.916</u>	<u>7.972</u>
Resultado Financeiro	<u>(1.765)</u>	<u>(5.604)</u>	<u>(8.549)</u>	<u>(12.768)</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco**

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração do Grupo.

A Administração do Grupo revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Controladora

	<u>Mensuração</u>	<u>31/03/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
		<u>Contábil</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Ajustado Contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativo					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalente de caixa (Nota 7)	Custo amortizado	8	8	20.727	20.727
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 22)	Custo amortizado	226.992	226.992	205.071	205.071
		<u>227.000</u>	<u>227.000</u>	<u>225.798</u>	<u>225.798</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***Passivo****Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado**

Fornecedores (Nota 19)	Custo amortizado	1.651	1.651	10.719	10.719
Valores a pagar Partes Relacionadas (Nota 22)	Custo amortizado	35.292	35.292	33.173	33.173
Contas a pagar (Nota 21)	Custo amortizado	1.457	1.457	1.449	1.449
Financiamentos (Nota 18)	Custo amortizado	122.394	121.238	120.291	120.147
		<u>160.794</u>	<u>159.638</u>	<u>165.632</u>	<u>165.488</u>

Consolidado

	Mensuração	31/03/2013		31/12/2012	
		Contábil	Valor justo	Ajustado Contábil	Valor justo
Ativo					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalente de caixa (Nota 7)	Custo amortizado	81	81	20.795	20.795
Contas a receber (Nota 9)	Custo amortizado	127.776	127.776	129.791	129.791
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 22)	Custo amortizado	203.401	203.402	182.108	182.108
		<u>331.258</u>	<u>331.259</u>	<u>332.694</u>	<u>332.694</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***Ativos financeiros mantidos para negociação**

Aplicações financeiras Fundos de Investimentos (Nota 7)	Valor justo	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>10.612</u>	<u>10.612</u>
		<u>1</u>	<u>1</u>	<u>10.612</u>	<u>10.612</u>

Passivo**Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado**

Fornecedores (Nota 19)	Custo amortizado	147.660	147.660	169.251	169.251
Valores a pagar Partes Relacionadas (Nota 22)	Custo amortizado	4	4	4	4
Contas a pagar (Nota 21)	Custo amortizado	1.457	1.457	1.449	1.449
Financiamentos (Nota 18)	Custo amortizado	<u>570.642</u>	<u>510.798</u>	<u>559.746</u>	<u>511.161</u>
		<u>719.763</u>	<u>659.919</u>	<u>730.450</u>	<u>681.865</u>

Uma das principais responsabilidades da Administração do Grupo é o gerenciamento, dentro de uma diretriz global, das exposições aos riscos de taxa de juros, taxa de câmbio, crédito e liquidez. Neste contexto, o Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposições aos mesmos. A política de controle consiste no acompanhamento das taxas contratadas *versus* às vigentes no mercado.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. O Grupo considera equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao seu valor de custo amortizado, através do resultado, na data do balanço, que se aproxima do seu valor de mercado, conforme avaliação da administração, uma vez que a maioria dos investimentos em CDBs possuem liquidez diária e as aplicações em debêntures privadas possuem cláusula de resgate antecipado, com remuneração calculada de forma *pro rata temporis* até a data do efetivo resgate.

Aplicações financeiras vinculadas a operações de crédito: São aplicações financeiras em CDBs que são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como mantidos até o vencimento, e as aplicações financeiras em Fundos de Investimento não disponíveis para resgate que são mensuradas pelo preço de mercado.

Contas a receber e adiantamento a fornecedores: mensurados ao custo amortizado, com expectativa de realização no curto prazo.

Fornecedores: mensurados ao custo amortizado e classificado como passivo financeiros mensurado ao custo amortizado.

Contas a pagar para partes relacionadas: mensurados ao custo amortizado, e classificado como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

1º emissão de Debêntures pela controladora: as debêntures emitidas pela Companhia remuneradas a CDI possuem cláusula de liquidez. As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

2º emissão de Debêntures pela controladora: as debêntures emitidas pela Companhia e remuneradas pelo IGP-M não possuem cláusula de liquidez, e têm vencimento em 4 anos. As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Empréstimos (remunerados a CDI): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Financiamentos (remunerados a IGP-M): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Financiamentos (remunerados a taxa pré fixada): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Administração financeira de risco:

A administração do Grupo monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

O Grupo apresenta os seguintes riscos:

Risco de liquidez;

Risco de crédito;

Riscos de mercado:

Taxa de juros; e
Taxa de câmbio.

a. *Risco de liquidez*

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras consolidadas, considerando os juros a vencer até o final do contrato.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***Maturidade dos Passivos**

	Valor contábil 31/03/2013	Fluxo contratado	6 meses ou menos	6 -12 meses	1 -2 anos	2 -5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	147.660	147.660	29.274	25.947	506	91.933	-
Contas a pagar	1.457	1.457	-	-	1.457	-	-
Partes relacionadas	4	4	-	-	4	-	-
Financiamentos	570.642	570.642	34.785	52.178	160.905	121.740	201.034

b. Risco de crédito

Com exceção das usinas eólicas que foram contratadas no âmbito do PROINFA, e da Rio Amazonas Energia S.A contratada pela Distribuidora Amazonas Energia em licitação, ambas com garantia da Eletrobrás, os demais contratos de vendas de energia dos empreendimentos térmicos foram obtidos em Leilões de Energia Nova, promovidos pela ANEEL, e foram firmados com dezenas de companhias distribuidoras de energia elétrica estabelecidas no País. Além da diluição de risco natural em função do número de contratantes, cada empresa de distribuição foi obrigada a aportar garantias e contra garantias que aumentam a qualidade do recebível.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, o Grupo somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)***c. Risco de mercado****Risco de taxa de juros**

O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

	NOTA	Controladora		Consolidado	
		31/03/2013	31/12/2012	31/03/2013	31/12/2012
Ativos vinculados a taxa pós fixada - CDI					
Caixa e equivalente de caixa - aplicações financeiras	6	-	1.571	4	1.583
Contratos de mútuos com partes relacionadas	22	172.451	150.882	148.860	127.919
Aplicações vinculadas	7	-	10.611	1	10.612
Total		<u>172.451</u>	<u>163.064</u>	<u>148.865</u>	<u>140.114</u>
Passivos vinculados a taxa pós fixada - CDI					
Contratos de mútuos com partes relacionadas	22	(35.288)	(33.169)	-	-
Empréstimos e Financiamento	18	(1.339)	(2.949)	(1.339)	(2.949)
Total		<u>(36.627)</u>	<u>(36.118)</u>	<u>(1.339)</u>	<u>(2.949)</u>
Passivos vinculados a taxa pós fixada - IGPM					
Empréstimos e Financiamento	18	(121.055)	(117.342)	(569.303)	(556.797)
		<u>(121.055)</u>	<u>(117.342)</u>	<u>(569.303)</u>	<u>(556.797)</u>

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável I” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, SELIC, IGP-M e Taxa Pré e as taxas de Euro e Dólar, divulgadas pela Bolsa de Mercadorias & Futuros em 31 de março de 2013.

Os quadros abaixo demonstram o impacto do resultado financeiro consolidado em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, simulando o cenário provável, que considera o cálculo do valor justo das dívidas, o cenário II e III que demonstram o impacto no resultado considerando a taxa de desconto deteriorada em 25% e 50%.

O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto	5	Queda CDI	-	-	1
Contratos de mútuo a receber	148.860	Queda CDI	12.403	9.302	6.202
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(569.303)	Alta IGPM	(85.597)	(93.475)	(101.353)
Empréstimos e financiamentos	(1.339)	Alta CDI	(112)	(139)	(167)

	Impacto em resultado			
	Valor Justo	31/12/2012		
		25%	50%	
Pós Fixado	Multiner - Debêntures 1ª Emissão	3.671	3.656	3.640
	Multiner - Debêntures 2ª Emissão	116.476	118.496	120.526
	RAESA - CCB 1ª Emissão	188.188	191.352	194.558
	RAESA - CCB 2ª Emissão	202.827	224.014	247.425
		511.161	537.518	566.149

	Valor Justo	31/12/2012	
		25%	50%
Pós Fixado	511.161	537.518	566.149
Pré	-	-	-
	511.161	537.518	566.149

	Impacto em resultado			
	Valor Justo	31/03/2013		
		25%	50%	
Pós Fixado	Multiner - Debêntures 1ª Emissão	1.091	1.087	1.082
	Multiner - Debêntures 2ª Emissão	120.147	121.835	123.527
	RAESA - CCB 1ª Emissão	180.444	183.139	185.864
	RAESA - CCB 2ª Emissão	209.116	230.214	253.462
		510.798	536.275	563.935

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

	Valor Justo	31/03/2013	
		25%	50%
Pós Fixado	510.798	536.275	563.935
Pré	-	-	-
	510.798	536.275	563.935

Definição de valor justo

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de DI e IGP-M divulgadas pelo CETIP e FGV, respectivamente, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* do juros dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

As aplicações financeiras do Grupo são remuneradas entre 95 e 100,5% do DI.

A tabela abaixo representa as taxas efetivas e os vencimentos de todos os instrumentos mensurados ao custo amortizado.

Indexador	Spread
IGP-M	Entre 9% e 10,5% a.a.
CDI	Entre 0% e 7,44% a.a.
Pré-Fixados	7,5 a.a.

Risco de taxa de câmbio

Para reduzir esse risco, além do monitoramento permanente do mercado de câmbio pela sua Administração, o Grupo poderá contratar, quando julgar necessário, derivativos financeiros para compensar esses eventuais impactos. No entanto, durante o primeiro trimestre de 2013, os níveis das taxas de câmbio utilizadas nas projeções financeiras e nas contratações

Notas Explicativas

Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013

(Em milhares de Reais)

de importações, bem como nos custos associados à contratação de mecanismos de proteção, levaram a Administração a optar pela posição de neutralidade no que tange a contratação de tais mecanismos de proteção.

e. Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que o Grupo faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, o Grupo monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Informação sobre determinação de valor de mercado

Os instrumentos financeiros do Grupo avaliados a preço de mercado são classificados como segue abaixo:

Nível 1 - instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo de forma que seja possível acessar diariamente o seu valor justo;

Nível 2 - instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo, mas, que seu modelo de precificação é baseado em dados observáveis no mercado;

Nível 3 - instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo e que seu modelo de precificação não é baseado em dados observáveis no mercado.

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1, 2 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

32. Resultado líquido por ação

Resultado básico e diluído por ação

Abaixo apresentamos o resultado por ação básico e diluído:

	Consolidado	
	31/03/2013	31/03/2012
Prejuízo atribuível aos acionistas	(15.774)	(23.909)
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação (nº de ações)	<u>5.712.567</u>	<u>2.224.768</u>
Resultado por ação básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	<u>(3)</u>	<u>(11)</u>

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

Considerando a metodologia aplicada, o resultado por ação básico e diluído apresentado pela Companhia é o mesmo.

33. Arrendamento financeiro a receber

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e com a ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, o ativo imobilizado da controlada Rio Amazonas S.A. ("RAESA") se caracterizou como um arrendamento mercantil financeiro conforme demonstrado a seguir.

	Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Leasing financeiro	<u>163.013</u>	<u>164.610</u>
Circulante	8.256	8.094
Não Circulante	<u><u>154.757</u></u>	<u><u>156.516</u></u>

Este arrendamento foi registrado como arrendamento financeiro considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a atual Amazonas Distribuidora de Energia S.A., aborda os seguintes principais pontos:

- i. A Amazonas Distribuidora possui capacidade operacional, porem seu direito de exercê-la só se dará após a efetiva transferência do empreendimento, que se dará ao final do contrato;
- ii. Ao final do período do contrato, 20 anos, o empreendimento será transferido para o arrendatário (Amazonas Distribuidora) sem qualquer indenização ou pagamento devido; e

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013***(Em milhares de Reais)*

iii. O contrato determina que a venda de energia produzida pelo empreendimento deva ser única e exclusiva para a Amazonas Distribuidora.

Após a definição de que o empreendimento registrado anteriormente como ativo imobilizado deveria ser reconhecido como arrendamento mercantil financeiro.

Os recebimentos mínimos futuros, a valor presente, sobre arrendamentos não canceláveis são os seguintes:

	Consolidado	
	31/03/2013	31/12/2012
Até 1 ano	8.256	8.094
Acima de 1 ano - até 5 anos	35.501	34.825
Mais de 5 anos	<u>119.256</u>	<u>121.691</u>
Total	<u><u>163.013</u></u>	<u><u>164.610</u></u>

34. Eventos subsequentes***Não pagamento dos certificados de crédito bancário (CCBs)***

A Companhia não efetuou o pagamento dos CCBs emitidos pela Rio Amazonas Energia, com vencimento entre os meses de março de 2012 e março de 2013, num total de aproximadamente R\$44.941. Apesar de já ter sido notificada por seus credores em função da inadimplência, até o momento não foram implementadas penalidades relacionadas (execução das garantias, por exemplo). A grande maioria dos detentores dos CCBs também é acionista da Multiner e está envolvida no processo de capitalização da Companhia, cujos recursos serão utilizados, entre outros, para liquidar esta pendência financeira.

A liquidação das parcelas em atraso está sendo efetuada ao longo de 2013.

Liquidação extrajudicial do Banco BVA S.A.

Em 19 de junho de 2013, foi decretada a liquidação extrajudicial do Banco BVA S.A. conforme Ato nº1251 do presidente do Banco Central do Brasil. A companhia realizou a provisão para perda do valor aplicado neste Banco no valor de R\$9.466.

Notas Explicativas**Informações Trimestrais-Trimestre findo em 31 de março de 2013**

(Em milhares de Reais)

Conversão à gás natural da UTE Cristiano Rocha

Em junho de 2013 a Usina Termelétrica Cristiano Rocha em Manaus, passou a operar com gás natural na sua totalidade.

Ata da assembleia geral de debenturistas

Em 9 de abril de 2013, 83,33% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, votaram pela inaplicabilidade do vencimento antecipado das debêntures em circulação, descrito na cláusula VI da escritura particular de emissão de debêntures.

Recuperação de depósitos judiciais

Os depósitos judiciais referentes à exposição financeira das distribuidoras com os quais foram celebrados os CCEAR's (Contrato de Compra de Energia no Ambiente Regulado) das controladas Itapebi e Monte Pascoal e Pernambuco IV, foram recuperados em 20 de maio de 2013 no valor de R\$ 14.028, por ter havido extinção do processo na esfera estadual, tendo em vista a arbitragem em curso do processo.

* * *

Paulo Cesar Rutzen
(Presidente)

Giancarlo Porto Bratkowski
(Diretor de Operações)

Rosane dos Anjos Guimarães de Oliveira
(Gerente do Departamento de Contabilidade)
CRC – RJ 073528/O

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da
Multiner S/A
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

1. Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Multiner S/A, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

2. A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

3. Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalvas

4. As informações financeiras individuais e consolidadas apresentam, na rubrica de ativo imobilizado, em 31 de março de 2013, o montante de R\$ 54.174 mil referente a adiantamentos para fornecimento de equipamentos. A revogação das outorgas para construção dessas UTEs pela ANEEL, mencionada na Nota Explicativa nº 1, representa um indicativo de que esses investimentos podem estar registrados por valor superior ao seu valor recuperável. A Companhia não efetuou análise do valor recuperável desses investimentos, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 e IAS 36. Como conseqüência, não foi possível nos satisfazermos quanto à necessidade de ajustes do saldo da conta de ativo imobilizado.

5. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17, as informações financeiras individuais e consolidadas apresentam saldo de ativo intangível referente a gastos com desenvolvimento dos projetos Pernambuco, no montante de R\$ 5.425 mil e Iraí, no montante de R\$ 254 mil. A Companhia não efetuou análise do valor recuperável desses ativos, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 01 e IAS 36. Como conseqüência, não foi possível nos satisfazermos quanto à necessidade de ajustes do saldo da conta de ativo intangível.

6. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 18, a Companhia e suas controladas possuem empréstimos cujos contratos determinam o cumprimento de certas obrigações e a manutenção de certos índices financeiros (Covenants) que, em caso de descumprimento, garantem ao credor o direito de exigir o pagamento antecipado do valor total da dívida. No entanto, em 31 de março de 2013, a Companhia e suas controladas não avaliaram o efeito desse assunto em suas informações financeiras, principalmente no que tange a possível reclassificação da dívida do passivo não circulante para o passivo circulante, nos casos em que a Companhia ou suas controladas não tenham cumprido os covenants estipulados contratualmente. Como conseqüência, não foi possível nos satisfazermos quanto à necessidade de reclassificações de dívidas do passivo não circulante para o passivo circulante.

7. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 24, em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão das 445.620 ações preferenciais resgatáveis, pertencentes ao Multiner Fundo de Investimento em Participações, em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1. Essas ações continuam com as mesmas características das ações preferenciais resgatáveis e nas mesmas condições descritas na Nota 24. Nessas condições, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 39 (IAS 32) – Instrumentos Financeiros – Apresentação, as ações preferenciais resgatáveis emitidas pela Companhia representam um passivo financeiro e deveriam ter sido registradas no grupo do passivo não circulante pelo seu valor justo, ao invés de classificadas como capital social, no patrimônio líquido. Em função da não observância ao Pronunciamento Técnico CPC 39 (IAS 32), em 31 de março de 2013, o patrimônio líquido está a maior em R\$ 497.001 mil e o passivo não circulante está a menor em R\$ 727.568 mil e o prejuízo do período findo, naquela data, está a menor em R\$ 117.974 mil.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

8. Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo Base para conclusão com ressalvas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

9. Com base em nossa revisão, exceto pelos assuntos mencionados no parágrafo Base para conclusão com ressalvas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

10. Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 23, no qual está descrito que a Companhia está se defendendo em diversas ações de natureza cível e regulatória. A Administração da Companhia avaliou como possível as chances de perda nessas ações, no montante de R\$ 294.059 mil, e, portanto, nenhuma provisão foi registrada nas informações financeiras, individuais e consolidadas, em 31 de março de 2013. No entanto, caso essas ações tenham um desfecho negativo para a Companhia, a posição financeira da Companhia deverão sofrer um impacto relevante.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

11. Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparadas sob responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2013

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528-S-RJ

Antonio Carlos de Oliveira Pires
Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Multiner S.A, instalado em 07 de outubro de 2013, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os relatórios da Administração da Companhia e o ITR - Informações Trimestrais relativo ao exercício de 31 de março de 2013, cuja elaboração obedece as instruções normativas da CVM - Comissão de Valores Imobiliários. Tendo também por base o Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela Boucinhas, Campos & Conti, em 27 de setembro de 2013, e já consideradas as observações relativas à ressalva e a ênfase contida no citado relatório, os membros do Conselho Fiscal consideram que o referido ITR está aprovado para as devidas divulgações societárias.

Rio de Janeiro, 07 de outubro de 2013.

José Lino Fontana
Presidente do Conselho Fiscal

Carlos Frederico Aires Duque
Conselheiro

Arthur Simões Neto
Conselheiro

Gianna Sonogo Bolognesi
Conselheira

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Multiner S.A., relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2013, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião iniciada em 08 de outubro de 2013 e encerrada em 16 de outubro de 2013.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2013.

Paulo Cezar Rutzen
Diretor-Presidente

Giancarlo Porto Bratkowski
Diretor de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – Boucinhas, Campos & Conti, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Multiner S.A., relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2013, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião iniciada em 08 de outubro de 2013 e encerrada em 16 de outubro de 2013.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2013.

Paulo Cezar Rutzen
Diretor-Presidente

Giancarlo Porto Bratkowski
Diretor de Operações